

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	8
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	9

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	16
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	17

Demonstração do Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	39
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	91
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	55.750
Preferenciais	0
Total	55.750
Em Tesouraria	
Ordinárias	154
Preferenciais	0
Total	154

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	06/11/2013	Dividendo	31/01/2014	Ordinária		0,19000
Reunião do Conselho de Administração	21/01/2014	Juros sobre Capital Próprio	31/01/2014	Ordinária		0,10588

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	922.063	907.720
1.01	Ativo Circulante	275.451	304.138
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	73.723	90.048
1.01.03	Contas a Receber	113.715	125.448
1.01.03.01	Clientes	98.670	107.863
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	98.984	106.090
1.01.03.01.02	Provisão para perdas sobre crédito	-347	-189
1.01.03.01.03	Créditos com partes relacionadas	33	1.962
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	15.045	17.585
1.01.03.02.02	Outras contas a receber	15.045	17.585
1.01.04	Estoques	72.376	74.714
1.01.06	Tributos a Recuperar	14.379	12.547
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	14.379	12.547
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.258	1.381
1.02	Ativo Não Circulante	646.612	603.582
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	75.322	66.949
1.02.01.03	Contas a Receber	1.556	1.276
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.556	1.276
1.02.01.06	Tributos Diferidos	7.000	6.532
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.000	6.532
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	36.831	29.548
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	29.935	29.593
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	24.795	24.453
1.02.01.09.04	Impostos e contribuições a recuperar	5.140	5.140
1.02.02	Investimentos	338.568	326.431
1.02.02.01	Participações Societárias	338.568	326.431
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	338.568	326.431
1.02.03	Imobilizado	220.934	198.782
1.02.04	Intangível	11.788	11.420

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	922.063	907.720
2.01	Passivo Circulante	83.383	85.155
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	27.760	28.930
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	27.760	28.930
2.01.02	Fornecedores	27.495	31.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.927	5.434
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	15.341	4.222
2.01.04.02	Debêntures	15.341	4.222
2.01.04.02.01	Empréstmos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	15.341	4.222
2.01.05	Outras Obrigações	6.860	15.569
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.450	36
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	1.450	36
2.01.05.02	Outros	5.410	15.533
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	10.563
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	5.410	4.970
2.02	Passivo Não Circulante	284.445	279.095
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	275.103	270.057
2.02.01.02	Debêntures	275.103	270.057
2.02.04	Provisões	9.342	9.038
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9.342	9.038
2.03	Patrimônio Líquido	554.235	543.470
2.03.01	Capital Social Realizado	360.000	360.000
2.03.02	Reservas de Capital	7.902	7.902
2.03.04	Reservas de Lucros	162.529	162.529
2.03.04.01	Reserva Legal	33.309	33.309
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	7.952	7.952
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-2.991	-2.991
2.03.04.10	Reserva para investimento	124.259	124.259
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	17.541	0
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	6.263	13.039

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	147.019	145.602
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-118.158	-116.882
3.03	Resultado Bruto	28.861	28.720
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.537	2.230
3.04.01	Despesas com Vendas	-10.071	-8.605
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.951	-7.477
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-354	-103
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	18.913	18.415
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	30.398	30.950
3.06	Resultado Financeiro	-7.438	-6.850
3.06.01	Receitas Financeiras	4.608	3.137
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.046	-9.987
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	22.960	24.100
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	468	2.266
3.08.02	Diferido	468	2.266
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	23.428	26.366
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	23.428	26.366
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,42140	0,47480
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,42140	0,47480

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	23.428	26.366
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-6.776	-3.094
4.02.01	Diferenças cambiais s/convers.de inv.exterior	-6.776	-3.094
4.03	Resultado Abrangente do Período	16.652	23.272

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	24.320	-4.862
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	20.299	19.102
6.01.01.01	Lucro líquido do período	23.428	26.366
6.01.01.02	Depreciação	7.073	5.890
6.01.01.03	Baixa de ativos	38	0
6.01.01.04	Amortização	912	846
6.01.01.05	Provisões	304	177
6.01.01.06	Provisão para perdas sobre créditos	158	19
6.01.01.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-468	-2.266
6.01.01.08	Equivalência patrimonial	-18.913	-18.415
6.01.01.09	Juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	6.446	5.064
6.01.01.10	Derivativos	0	3.317
6.01.01.11	Variação cambial de adiantamentos e leasing	1.321	-234
6.01.01.12	Juros sobre aplicação financeira-caixa restrito	0	-1.662
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	4.021	-23.964
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	9.035	-12.404
6.01.02.02	Impostos a recuperar	-1.832	-1.056
6.01.02.03	Estoques	2.338	2.713
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-342	-7.185
6.01.02.05	Outras contas a receber	-4.900	27
6.01.02.06	Fornecedores	-42	-5.559
6.01.02.07	Salários, provisões e encargos sociais a recolher	-1.170	-1.881
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições a recolher	493	691
6.01.02.09	Outros passivos	441	690
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-23.247	13.774
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-21.967	-4.613
6.02.02	Aquisição de investimento e intangível	-1.280	-1.613
6.02.03	Dividendos recebidos	0	20.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-17.398	-12.522
6.03.01	Dividendos pagos	-10.563	0
6.03.02	Juros sobre capital próprio pagos	-5.887	-12.438
6.03.04	Pagamento Leasing	-948	-84
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-16.325	-3.610
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	90.048	30.758
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	73.723	27.148

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	360.000	7.902	162.529	0	13.039	543.470
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.000	7.902	162.529	0	13.039	543.470
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-5.887	0	-5.887
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-5.887	0	-5.887
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	23.428	-6.776	16.652
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	23.428	0	23.428
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6.776	-6.776
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-6.776	-6.776
5.07	Saldos Finais	360.000	7.902	162.529	17.541	6.263	554.235

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	360.000	6.670	144.751	0	1.028	512.449
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.000	6.670	144.751	0	1.028	512.449
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-12.438	0	-12.438
5.04.08	Pagto Juros sobre capital próprio-(vl.bruto R\$0,2240 por ação	0	0	0	-12.438	0	-12.438
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	26.366	-3.094	23.272
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	26.366	0	26.366
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-3.094	-3.094
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-3.094	-3.094
5.07	Saldos Finais	360.000	6.670	144.751	13.928	-2.066	523.283

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	167.723	167.265
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	167.879	167.161
7.01.02	Outras Receitas	2	123
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-158	-19
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-64.593	-66.161
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-57.692	-59.295
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.901	-6.866
7.03	Valor Adicionado Bruto	103.130	101.104
7.04	Retenções	-7.985	-6.736
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.985	-6.736
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	95.145	94.368
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	23.521	21.552
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	18.913	18.415
7.06.02	Receitas Financeiras	4.608	3.137
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	118.666	115.920
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	118.666	115.920
7.08.01	Pessoal	48.554	46.464
7.08.01.01	Remuneração Direta	35.044	31.792
7.08.01.02	Benefícios	10.618	10.706
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.892	3.966
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	27.880	26.580
7.08.02.01	Federais	22.134	20.061
7.08.02.02	Estaduais	1.375	2.273
7.08.02.03	Municipais	4.371	4.246
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	18.804	16.510
7.08.03.01	Juros	12.046	9.987
7.08.03.02	Aluguéis	6.758	6.523
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	23.428	26.366
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	5.887	12.438
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	17.541	13.928

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	1.193.613	1.172.956
1.01	Ativo Circulante	551.800	554.002
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	155.306	152.203
1.01.03	Contas a Receber	247.693	256.347
1.01.03.01	Clientes	222.831	232.129
1.01.03.01.01	Clientes	224.408	233.568
1.01.03.01.02	Provisão para perdas sobre créditos	-1.577	-1.439
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	24.862	24.218
1.01.03.02.01	Outras contas a receber	23.674	23.030
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	1.188	1.188
1.01.04	Estoques	117.581	118.058
1.01.06	Tributos a Recuperar	23.446	19.548
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	23.446	19.548
1.01.07	Despesas Antecipadas	7.774	7.846
1.02	Ativo Não Circulante	641.813	618.954
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	63.373	62.743
1.02.01.03	Contas a Receber	3.192	2.536
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.192	2.536
1.02.01.06	Tributos Diferidos	26.173	26.476
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	26.173	26.476
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	34.008	33.731
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	28.771	28.494
1.02.01.09.04	Impostos e contribuições a recuperar	5.237	5.237
1.02.02	Investimentos	25.381	24.048
1.02.02.01	Participações Societárias	25.381	24.048
1.02.03	Imobilizado	360.199	337.013
1.02.04	Intangível	192.860	195.150

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	1.193.613	1.172.956
2.01	Passivo Circulante	199.022	191.225
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	46.280	48.179
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	46.280	48.179
2.01.02	Fornecedores	68.719	64.028
2.01.03	Obrigações Fiscais	21.688	17.073
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	32.689	18.928
2.01.04.02	Debêntures	32.689	18.928
2.01.04.02.01	Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	32.689	18.928
2.01.05	Outras Obrigações	29.646	43.017
2.01.05.02	Outros	29.646	43.017
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	10.563
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	23.052	25.628
2.01.05.02.07	Contas a Pagar - aquisição de empresas	6.594	6.826
2.02	Passivo Não Circulante	440.356	438.261
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	397.997	393.164
2.02.01.02	Debêntures	397.997	393.164
2.02.01.02.01	Empréstimo, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	397.997	393.164
2.02.02	Outras Obrigações	2.673	5.658
2.02.02.02	Outros	2.673	5.658
2.02.02.02.03	Fornecedores	0	1.621
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	2.673	4.037
2.02.03	Tributos Diferidos	26.861	26.757
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	26.861	26.757
2.02.04	Provisões	12.825	12.682
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	12.825	12.682
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	554.235	543.470
2.03.01	Capital Social Realizado	360.000	360.000
2.03.02	Reservas de Capital	7.902	7.902
2.03.04	Reservas de Lucros	162.529	162.529
2.03.04.01	Reserva Legal	33.309	33.309
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	7.952	7.952
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-2.991	-2.991
2.03.04.10	Reserva para investimento	124.259	124.259
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	17.541	0
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	6.263	13.039

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	300.145	267.275
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-221.985	-201.100
3.03	Resultado Bruto	78.160	66.175
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-36.413	-28.564
3.04.01	Despesas com Vendas	-23.588	-18.551
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-13.532	-9.918
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-626	-949
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.333	854
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	41.747	37.611
3.06	Resultado Financeiro	-10.267	-6.786
3.06.01	Receitas Financeiras	3.045	4.579
3.06.02	Despesas Financeiras	-13.312	-11.365
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	31.480	30.825
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.052	-4.459
3.08.01	Corrente	-7.645	-6.339
3.08.02	Diferido	-407	1.880
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	23.428	26.366
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	23.428	26.366
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	23.428	26.366
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,00000	0,47800

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	23.428	26.366
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-6.776	-3.094
4.02.01	Diferenças cambiais s/conversão de inv.no exterior	-6.776	-3.094
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	16.652	23.272
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	16.652	23.272

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	51.157	-7.001
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	47.943	39.537
6.01.01.01	Lucro líquido do período	23.428	26.366
6.01.01.02	Depreciação	12.702	8.215
6.01.01.03	Amortização	959	886
6.01.01.04	Baixa de ativos	2.449	0
6.01.01.05	Provisões	143	-537
6.01.01.06	Provisão para perdas sobre créditos	198	-48
6.01.01.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	407	-1.880
6.01.01.08	Equivalência patrimonial	-1.333	-854
6.01.01.09	Juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	7.669	5.968
6.01.01.10	Derivativos	0	3.317
6.01.01.11	Variação cambial de adiantamentos/Leasing	1.321	-234
6.01.01.12	Juros sobre aplicação financeira-caixa restrito	0	-1.662
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	3.214	-46.538
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	4.351	-34.524
6.01.02.02	Impostos a recuperar	-4.892	-2.281
6.01.02.03	Estoques	-1.770	662
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-277	-7.387
6.01.02.06	Outras contas a receber	-2.867	163
6.01.02.07	Fornecedores	7.479	-3.800
6.01.02.08	Salários, provisões e encargos sociais a recolher	-974	263
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	14.177	7.922
6.01.02.10	Pagamento de IR e CSLL	-8.866	-5.758
6.01.02.11	Outros passivos	-3.147	-1.798
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-36.286	-6.931
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-34.547	-6.811
6.02.02	Aquisição de investimento e intangível	-1.739	-1.620
6.02.04	Dividendos recebidos	0	1.500
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-13.425	-3.251
6.03.01	Dividendos pagos	-10.563	0
6.03.02	Juros sobre capital próprio pagos	-5.887	-12.438
6.03.04	Pagamento Leasing	-948	-84
6.03.05	Financiamentos	5.000	9.500
6.03.06	Pagamento de juros sobre financiamentos	-393	-229
6.03.07	Pagamento de juros sobre empréstimos	-634	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	1.657	1.006
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.103	-16.177
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	152.203	115.779
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	155.306	99.602

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	360.000	7.902	162.529	0	13.039	543.470	0	543.470
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.000	7.902	162.529	0	13.039	543.470	0	543.470
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-5.887	0	-5.887	0	-5.887
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-5.887	0	-5.887	0	-5.887
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	23.428	-6.776	16.652	0	16.652
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	23.428	0	23.428	0	23.428
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6.776	-6.776	0	-6.776
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-6.776	-6.776	0	-6.776
5.07	Saldos Finais	360.000	7.902	162.529	17.541	6.263	554.235	0	554.235

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	360.000	6.670	144.751	0	1.028	512.449	0	512.449
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.000	6.670	144.751	0	1.028	512.449	0	512.449
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-12.438	0	-12.438	0	-12.438
5.04.08	Pagto Juros sobre capital próprio-(VI.Bruto R\$0,2240 por ação)	0	0	0	-12.438	0	-12.438	0	-12.438
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	26.366	-3.094	23.272	0	23.272
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	26.366	0	26.366	0	26.366
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-3.094	-3.094	0	-3.094
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-3.094	-3.094	0	-3.094
5.07	Saldos Finais	360.000	6.670	144.751	13.928	-2.066	523.283	0	523.283

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	330.342	296.025
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	328.829	295.413
7.01.02	Outras Receitas	1.711	564
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-198	48
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-134.558	-145.770
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-117.003	-128.225
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-17.555	-17.545
7.03	Valor Adicionado Bruto	195.784	150.255
7.04	Retenções	-13.661	-9.101
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-13.661	-9.101
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	182.123	141.154
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.378	5.433
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.333	854
7.06.02	Receitas Financeiras	3.045	4.579
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	186.501	146.587
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	186.501	146.587
7.08.01	Pessoal	89.669	59.432
7.08.01.01	Remuneração Direta	70.883	42.349
7.08.01.02	Benefícios	14.520	12.635
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.266	4.448
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	48.864	42.332
7.08.02.01	Federais	40.708	33.107
7.08.02.02	Estaduais	2.010	3.424
7.08.02.03	Municipais	6.146	5.801
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	24.540	18.457
7.08.03.01	Juros	13.312	11.365
7.08.03.02	Aluguéis	11.228	7.092
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	23.428	26.366
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	5.887	12.438
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	17.541	13.928

EBITDA Ajustado no 1T14 13,0% superior ao do 1T13

Cotação de Fechamento

VLID3 R\$ 34,56

Valor de Mercado

R\$ 1,93 bilhões

Base Acionária

Total de Ações: 55.750.000

Free-Float: 97,5%

Relações com Investidores

Carlos Affonso S. D'Albuquerque
Diretor Financeiro e de RI

Rita Carvalho
Gerente de Tesouraria e RI
rita.carvalho@valid.com.br
Tel: (55-21) 2195-7230

Luis Otávio Lima
Analista de RI
luis.lima@valid.com.br
Tel: (55-21) 2195-7297

Website e e-mail de RI

www.valid.com.br/ri
ri@valid.com.br

Endereço:

Av. Presidente Wilson, 231 16º andar
Rio de Janeiro, RJ - Brasil
20030-905

Rio de Janeiro, 05 de maio de 2014 – A Valid (BM&FBovespa: VLID3 - ON) anuncia hoje os resultados do primeiro trimestre (1T14). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto onde indicado o contrário, são apresentadas em base consolidada, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS.

Destaques

- Receita Líquida totalizou R\$ 300,1 milhões, 12,3% superior aos R\$ 267,3 milhões apresentados no 1T13;
- EBITDA Ajustado¹ foi 13,0% superior ao 1T13, passando de R\$ 50,0 milhões para R\$ 56,5 milhões no 1T14, resultado ligeiramente superior a expectativa da Companhia;
- Meios de pagamento: EBITDA 12,7% superior ao 1T13, principalmente em função de significativa recuperação da operação no Brasil;
- Sistemas de Identificação: EBITDA cresceu 7,5% no 1T14 em comparação ao 1T13. Início da implementação da infraestrutura necessária para a emissão de RG's no Estado de São Paulo;
- Certificadora Digital: com 9% de market share atingidos no 1T14, EBITDA chega a R\$ 1,4 milhão no 1T14;
- Pagamento de R\$ 64,7 milhões em dividendos e JSCP no ano de 2013, o equivalente à R\$ 1,1652 bruto por ação e representando um *dividend yield* de 3,61%.
- **Evento Subsequente:**
 - Deliberação em AGO realizada em 24/04/14, do pagamento de R\$ 7,9 milhões a título de dividendos, o equivalente à R\$ 0,1430 bruto por ação.

¹EBITDA Ajustado por despesas não recorrentes.

RELEASE DE RESULTADOS 1T14



RELEASE DE RESULTADOS	1T 13	1T 14	Var. %
Resultados financeiros (R\$ milhões)			
Receita líquida	267,3	300,1	12,3%
EBITDA Ajustado ¹	50,0	56,5	13,0%
<i>Margem EBITDA Ajustado ²</i>	<i>17,9%</i>	<i>17,9%</i>	<i>0,0p.p.</i>
Lucro Líquido Ajustado ³	28,7	24,3	-15,3%
<i>Margem líquida</i>	<i>10,7%</i>	<i>8,1%</i>	<i>-2,6p.p.</i>
Volume de Vendas (em milhões)			
Meios de Pagamento	35,1	45,1	28,5%
Identificação	4,0	4,4	10,0%
Telecom	18,2	20,4	12,1%
Certificados Digitais (em milhares)	22,4	48,1	114,7%
Reconciliação do EBITDA (R\$ milhões)			
Lucro líquido do período	26,4	23,4	
(+) Imposto de renda e contribuição social	4,4	8,0	
(+) Despesas/(receitas) financeiras	6,8	10,3	
(+) Depreciação e amortização	9,1	13,7	
EBITDA	46,7	55,4	
(+) Outras (receitas) Despesas operacionais	0,9	0,6	
(+) Depreciação e amortização ⁴	1,2	-1,1	
(+/-)Efeitos de depreciação, amortização, despesas e impostos sobre equivalência patrimonial da Multidisplay e Incard	0,8	1,6	
(+) Despesas não recorrentes ⁵	0,4	0,0	
EBITDA AJUSTADO	50,0	56,5	
Meios de Pagamento (R\$ milhões)			
Receita líquida	140,8	165,7	17,7%
<i>% da Receita líquida</i>	<i>52,7%</i>	<i>55,2%</i>	<i>2,5p.p.</i>
EBITDA Ajustado	11,0	12,4	12,7%
Margem EBITDA	<i>7,8%</i>	<i>7,5%</i>	<i>-0,3p.p.</i>
<i>% do EBITDA total</i>	<i>22,0%</i>	<i>21,9%</i>	<i>-0,1p.p.</i>
Volume de vendas (em milhões)	35,1	45,1	28,5%
Sistemas de Identificação (R\$ milhões)			
Receita líquida	79,9	88,5	10,8%
<i>% da Receita líquida</i>	<i>29,9%</i>	<i>29,5%</i>	<i>-0,4p.p.</i>
EBITDA Ajustado	30,7	33,0	7,5%
Margem EBITDA	<i>38,4%</i>	<i>37,3%</i>	<i>-1,1p.p.</i>
<i>% do EBITDA total</i>	<i>61,4%</i>	<i>58,4%</i>	<i>-3,0p.p.</i>
Volume de vendas (em milhões)	4,0	4,4	10,0%
Telecom (R\$ milhões)			
Receita líquida	42,8	39,2	-8,4%
<i>% da Receita líquida</i>	<i>16,0%</i>	<i>13,1%</i>	<i>-2,9p.p.</i>
EBITDA Ajustado	9,9	9,7	-2,0%
Margem EBITDA ²	<i>18,1%</i>	<i>17,3%</i>	<i>-0,8p.p.</i>
<i>% do EBITDA total</i>	<i>19,8%</i>	<i>17,2%</i>	<i>-2,6p.p.</i>
Volume de vendas (em milhões)	18,2	20,4	12,1%
* Valor da equivalência patrimonial Multidisplay	2,1	2,9	
* Valor da equivalência patrimonial Incard	-0,4	-	
Valid Certificadora (R\$ milhões)			
Receita líquida	3,8	6,7	76,3%
<i>% da Receita líquida</i>	<i>1,4%</i>	<i>2,2%</i>	<i>0,8p.p.</i>
EBITDA Ajustado	-1,6	1,4	N.A
Margem EBITDA	<i>-42,5%</i>	<i>20,9%</i>	<i>N.A</i>
<i>% do EBITDA total</i>	<i>-3,2%</i>	<i>2,5%</i>	<i>N.A</i>
Volume de vendas (em milhares)	22,4	48,1	114,7%

¹ O EBITDA e o EBITDA Ajustado não são medidas de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS, ou US GAAP, tampouco devem ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. De acordo com a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, o cálculo do EBITDA não pode excluir quaisquer itens não recorrentes, não operacionais ou de operações descontinuadas e é obtido pelo resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. O EBITDA Ajustado é utilizado por nós como medida adicional de desempenho de nossas operações e não deve ser utilizado em substituição aos nossos resultados. O "EBITDA Ajustado" corresponde ao EBITDA ajustado por meio da eliminação dos efeitos de Outras (receitas) Despesas operacionais, Depreciação e amortização da administração, Efeitos de depreciação, amortização, despesas e impostos sobre equivalência patrimonial da Multidisplay e Incard e Outras despesas não recorrentes (Ebitda da Incard em 2013, considerados como não recorrentes). Outras empresas podem calcular o EBITDA Ajustado de maneira diferente da nossa. O EBITDA Ajustado, dessa forma, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos e despesas decorrentes dos nossos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os nossos lucros.

² Margem de EBITDA Ajustado sem considerar a equivalência patrimonial da Multidisplay e Incard.

³ Lucro Líquido ajustado por IR e CS diferidos passivo e despesas não-recorrentes. O Lucro Líquido Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS, ou US GAAP, tampouco devem ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. O Lucro Líquido Ajustado é utilizado por nós como medida adicional de desempenho de nossas operações e não deve ser utilizado em substituição aos nossos resultados. Outras empresas podem calcular o Lucro Líquido Ajustado de maneira diferente da nossa. O Lucro Líquido Ajustado, dessa forma, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos e despesas decorrentes dos nossos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os nossos lucros.

⁴ Depreciação da Administração

⁵ EBITDA da Incard em 2013 e 2014, considerados como não recorrentes.

⁶ Consideramos como não recorrentes para fins de Lucro Líquido Ajustado o lucro líquido da Incard em 2013 e 2014.

RELEASE DE RESULTADOS 1T14



COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2014 iniciou com o desafio de retomarmos os níveis de crescimento históricos da companhia, após um ano de 2013 com muitas adversidades.

No 1T14, atingimos um EBITDA Ajustado de R\$ 56,5 milhões, ligeiramente acima das expectativas que tínhamos para o período e que historicamente é o trimestre mais fraco do ano, tendo em vista a sazonalidade do nosso negócio.

O principal destaque do 1T14 foi a Divisão de Meios de Pagamentos – Brasil que viu seu EBITDA crescer em 78,9% no período, passando de R\$ 7,1 milhões no 1T13 para R\$ 12,7 milhões no 1T14, reflexo da estrutura de custos mais leve decorrentes do processo de reestruturação ocorrido em 2013, e principalmente aliado ao crescimento e mix mais favorável dos volumes da divisão. Com este resultado, a margem de EBITDA no Brasil foi de 12,6%, atingindo um patamar mais adequado ao que esperamos para a divisão.

Na Divisão de Sistemas de Identificação estamos bastante satisfeitos com os resultados apresentados. Temos um ano de muito trabalho pela frente, pois, uma vez vencida a licitação para emissão dos RG's no Estado de São Paulo, implementaremos toda a infraestrutura necessária para a realização do serviço, o que faremos durante todo o primeiro semestre de 2014, e atingiremos os volumes adicionais previstos. Com relação a novas licitações, não esperamos movimentações ao longo deste ano em função de limitações legais dos Estados por força do período eleitoral.

A Divisão de Telecom tem o desafio ao longo de 2014 de continuar ganhando market share fora do Brasil para compensar a redução de demanda em função da alta penetração de celulares e redução do *churn* no mercado brasileiro e baixa penetração de celulares 4G.

A Divisão de Certificação Digital atingiu no 1T14 o volume de 48,1 mil certificados vendidos, representando um market share de 9% e atingindo um EBITDA positivo de R\$ 1,4 milhões, ratificando a expectativa da companhia de apresentar um crescimento gradual e constante para os próximos períodos.

A Valid USA teve desempenho bastante aquém das expectativas da companhia durante este primeiro trimestre do ano. O inverno rigoroso, que ocasionou a paralização das plantas em Chicago por alguns dias e, principalmente, o mix de volumes bastante desfavorável e composto por produtos de baixo valor agregado fez com que o EBITDA apresentado no 1T14 caísse significativamente em comparação ao 1T13.

Embora o resultado observado nos Estados Unidos esteja bem distante do que esperamos, as expectativas para o ano continuam bastante positivas em função da migração do mercado bancário para a tecnologia do cartão com chip (EMV), da entrada da Valid USA no mercado de Telecom a partir do segundo semestre de 2014 e do potencial avanço nos processos que estamos participando para a entrada no mercado de emissão de carteiras de habilitação.

Na AGO realizada no dia 24/04/14, houve a deliberação de R\$ 7,9 milhões a título de dividendos, representando um valor bruto por ação de R\$ 0,1430, que serão pagos no dia 09/05/14 aos acionistas que detinham participação acionária naquela, mantendo o compromisso da companhia de sempre buscar uma estrutura de capital eficiente.

Agradecemos, mais uma vez, a confiança depositada em nosso time e reiteramos a expectativa de alcançarmos, durante o ano de 2014, resultados melhores daqueles observados em 2013.

A Administração.

RELEASE DE RESULTADOS 1T14



DESEMPENHO FINANCEIRO E OPERACIONAL

RECEITA LÍQUIDA

(R\$ MILHÕES)	1T13	1T14	Variação
RECEITA LÍQUIDA	267,3	300,1	12,3%

No 1T14, a receita líquida total da Companhia atingiu R\$ 300,1 milhões contra R\$ 267,3 milhões no 1T13, um crescimento orgânico de 12,3% na comparação entre os períodos.

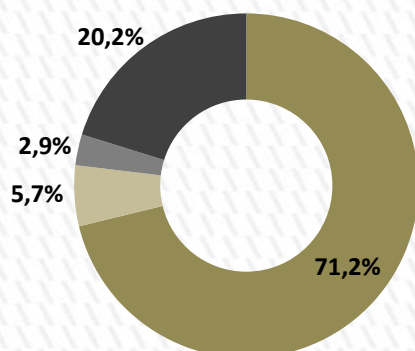
Com exceção da divisão de Telecom, que apresentou queda de 8,4%, todas as divisões tiveram crescimento em Receita Líquida no 1T14, com destaques para a divisão de Meios de Pagamento no Brasil que teve um incremento de 16,1% na receita em comparação ao 1T13, fruto de um mix mais favorável de volumes apresentados no 1T14 com maior participação de cartões com Chip e RFID na sua composição.

A Divisão de Sistemas de Identificação apresentou crescimento de 10,8% na Receita Líquida do 1T14, em comparação ao 1T13, resultado bastante significativo e que ainda não reflete o novo contrato para emissão de carteiras de identidade de SP.

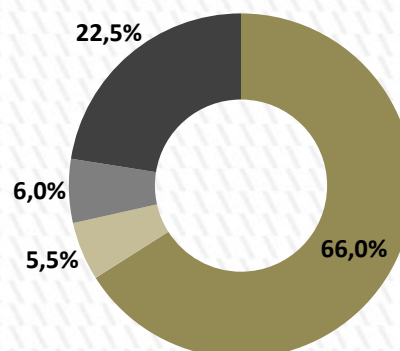
A Certificadora Digital também contribuiu para o crescimento da receita orgânica da companhia, passando a representar 2,2% da Receita Líquida no 1T14, contra 1,4% no mesmo período de 2013.

No 1T13, a receita líquida estava segregada da seguinte maneira: 71,2% **Brasil**, 20,2% **EUA**, 5,7% **Espanha** e 2,9% **Argentina**. No 1T14, a receita líquida estava segregada da seguinte maneira: 66,0% **Brasil**, 22,5% **EUA**, 5,5% **Espanha** e 6,0% **Argentina**.

Composição da Receita 1T13



Composição da Receita 1T14



■ Brasil ■ Espanha ■ Argentina ■ EUA

RELEASE DE RESULTADOS 1T14



EBITDA

(R\$ MILHÕES)	1T13	1T14	Variação
EBITDA Ajustado ¹	50,0	56,5	13%
Margem EBITDA ²	17,9%	17,9%	0,0 p.p.

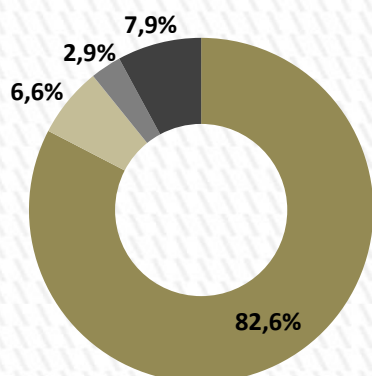
O EBITDA Ajustado¹ no 1T14 totalizou R\$ 56,5 milhões, aumento de 13,0% em comparação ao registrado no 1T13.

Destaque para divisão de Meios de Pagamentos no Brasil, que teve um crescimento do EBITDA de 78,6% e representou 22,5% do EBITDA total do grupo, 8,3 p.p. acima do resultado do mesmo período de 2013. Em Telecom registramos uma redução de sua participação no EBITDA total de 2,6 p.p, passando a representar 17,2% do EBITDA total do 1T14 vs 19,8% apresentados no 1T13. O EBITDA da Certificadora Digital representou 2,5% do EBITDA no 1T14. A Valid USA, que no 1T13 havia sido responsável por 7,9% do EBITDA total da Companhia, no 1T14 apresentou margem consolidada negativa de -0,5%.

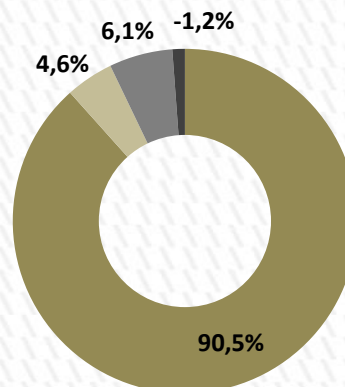
O EBITDA proveniente do exterior no 1T14 representou 9,5% do total reportado, contra 17,4% no 1T13.

No 1T13, o EBITDA estava segregado da seguinte maneira: 82,6% **Brasil**, 7,9% **EUA**, 6,6% **Espanha** e 2,9% **Argentina**. No 1T14, o EBITDA estava segregado da seguinte maneira: 90,5% **Brasil**, -1,2% **EUA**, 4,6% **Espanha** e 6,1% **Argentina**.

Composição do EBITDA 1T13



Composição do EBITDA 1T14



■ Brasil ■ Espanha ■ Argentina ■ EUA

¹ EBITDA ajustado por resultados não-recorrentes da empresa Incard do Brasil no 1T13.

² Margem de EBITDA Ajustado sem considerar a equivalência patrimonial da Multidisplay e Incard (no 1T13).

RELEASE DE RESULTADOS 1T14**VALID****LUCRO LÍQUIDO**

<i>(R\$ MILHÕES)</i>	1T13	1T14	Varição
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	28,7	24,3	-15,3%

No 1T14, observamos uma queda do lucro líquido ajustado de 15,3% em comparação ao mesmo período do ano passado.

A queda no lucro líquido ajustado da companhia deveu-se, principalmente à:

- Aumento de despesa financeira líquida, afetando o lucro líquido ajustado (já dezuzido do IR e CSLL) em aproximadamente R\$ 2,3 milhões. As principais razões para tal aumento foram os juros maiores sobre o total da dívida decorrentes do aumento da Taxa Selic na comparação dos períodos e variação cambial decorrente de mútuo entre coligadas e outros valores a receber;
- Incremento na despesa de depreciação (líquidos de Imposto de Renda) na comparação dos períodos de R\$ 1,3 milhões;
- A deliberação de Juros o sobre Capital Próprio no 1T14 foi de R\$ 5,9 milhões vs R\$ 12,4 milhões deliberados no 1T13, reduzindo a base de cálculo para fins de pagamento de Imposto de Renda. Por conta destes eventos, o impacto no lucro líquido ajustado no 1T13 foi de R\$ 4,2 milhões vs R\$ 2,0 no 1T14.

DESEMPENHO DAS DIVISÕES DE NEGÓCIO

MEIOS DE PAGAMENTOS

RESULTADO DA DIVISÃO, EXCLUÍDO USA:

(R\$ MILHÕES)	1T13	1T14	Variação
RECEITA LÍQUIDA	86,7	100,7	16,1%
EBITDA	7,1	12,7	78,9%
MARGEM EBITDA	8,2%	12,6%	4,4 p.p.
VOLUME	35,1	45,1	28,5%

Após um ano de muitas dificuldades, finalmente vemos o resultado da divisão se recuperar. Com uma estrutura de custos mais otimizada, incremento de preços em alguns contratos, visando o repasse das perdas decorrentes da variação cambial em 2013, e retomada da demanda de cartões por parte dos bancos.

Vimos o EBITDA da divisão crescer 78,9% no 1T14, em comparação ao mesmo período de 2013. A recuperação na Margem EBITDA na ordem de 4,4 p.p., atingindo 12,6% no trimestre, se deu por conta da maior participação dos cartões RFID, Contactless e com Chip no mix da divisão, e uma recuperação da margem dos produtos gráficos.

No 1T14, observamos um incremento de volumes de 28,5% em relação ao 1T13 devido, principalmente, ao aumento de 52% na produção de cartões com Chip (representando 16% do total vs 14% no 1T13) e 92% de cartões RFID e Contactless produzidos no período, que passaram a representar 31% do volume total produzido vs 21% reportados no 1T13. Os cartões magnéticos apresentaram um crescimento de 4% no 1T14 representando 53% da divisão vs 65% no 1T13.

Para o ano de 2014, nossa expectativa é de que a divisão continue apresentando resultados positivos em virtude de melhora no cenário bancário e melhora de mix na composição total dos volumes vendidos.

VALID USA

<i>(R\$ MILHÕES)</i>	1T13	1T14	Variação
RECEITA LÍQUIDA	54,1	65,0	20,1%
EBITDA	3,9	-0,3	-107,7%
MARGEM EBITDA	7,2%	-0,5%	-7,7 p.p.
VOLUME	146,8	252,7	72,1%

No 1T14, a Receita Líquida da Divisão de Meios de Pagamento da Valid USA foi de USD 27,6 milhões vs USD 27,1 milhões do 1T13, um aumento 1,8% na comparação dos períodos. O incremento de 20,1% na Receita Líquida em R\$ deveu-se à variação do câmbio no período, que passou de R\$ 2,0 no 1T13 para R\$ 2,36 no 1T14.

As condições climáticas, que acarretaram na paralização da produção por alguns dias durante o primeiro trimestre do ano, aliadas ao mix de volumes sem valor agregado, afetaram negativamente o EBITDA da operação americana no período.

Durante o 1T14, os cartões financeiros representaram 14% do volume total reportado vs 24% apresentados no 1T13.

O processo de migração dos cartões magnéticos começou em 2014 e já estamos preparados com a capacidade instalada necessária para atendermos a demanda esperada para o ano. Neste trimestre já entregamos 2 milhões de cartões com chip (EMV), que representaram 6% do volume total de cartões financeiros produzidos. A preocupação com a fraude nos cartões magnéticos americanos vem aumentando em função das notícias de violação dos dados de clientes da varejista Target, fazendo com que diversos setores da cadeia de valor viessem a público se manifestar quanto à mudança tecnológica visando o aumento da segurança nas transações.

Estamos em contato direto com nossos clientes e observando os movimentos do mercado para estarmos preparados caso haja uma aceleração da demanda esperada até o momento.

Apesar dos resultados terem ficados aquém das nossas expectativas para o trimestre, reiteramos nossa expectativa positiva para o ano de 2014, que, devido ao processo de reestruturação realizado em 2013, e a tendência de um mix de volumes mais favorável através da introdução de produtos de maior valor agregado neste ano, esperamos uma elevação na margem e um crescimento significativo no EBITDA em 2014.

SISTEMAS DE IDENTIFICAÇÃO

(R\$ MILHÕES)	1T13	1T14	Variação
RECEITA LÍQUIDA	79,9	88,5	10,8%
EBITDA	30,7	33,0	7,5%
MARGEM EBITDA	38,4%	37,3%	-1,1 p.p.
VOLUME (milhões)	4,0	4,4	10,0%

Na divisão de Sistemas de Identificação, com o crescimento de Receita Líquida de 10,8% e EBITDA de 7,5% em comparação ao 1T13, observamos mais um período de bons resultados.

A Divisão de Identificação nos Estados Unidos, representada pela empresa Screencheck North America, representou 2,7% da Receita Líquida total da divisão e não teve representatividade no EBITDA em função do aumento de gastos, necessários para a participação dos processos licitatórios no mercado americano.

A queda de 1,1 p.p. na margem de EBITDA explica-se pelo aumento de Receita Líquida vinda da operação americana, sem a contrapartida no EBITDA. A margem de EBITDA observada no Brasil, expurgados os resultados dos Estados Unidos, foi de 38,3%.

Nosso desafio para o ano de 2014, no Brasil, é o de implementarmos a infraestrutura para a emissão das novas carteiras de identidade no Estado de São Paulo, cuja licitação vencemos no final do ano de 2013. Durante o 1T14 foram gastos aproximadamente R\$ 10,0 milhões na aquisição de hardware e software necessários para a emissão do volume previsto de 350 mil documentos por mês.

Começamos a implantação do serviço pelo interior do Estado, neste momento estamos iniciando a implantação do serviço na estação poupa tempo da Luz, em seguida partiremos para a estação da Sé e logo após para o restante dos pontos de atendimento, totalizando ao final do processo a instalação de 11 sites de segurança e 373 estações de coletas de informações, cuja conclusão é esperada para o início do segundo semestre de 2014.

Este serviço abre novas oportunidades de negócios para a divisão nos próximos anos, não só com a presença da Valid no maior estado do país bem como prestando mais um serviço de extrema relevância social, com a possibilidade de novas licitações para a terceirização deste documento em outros estados nos próximos anos.

Ainda no 1T14, continuamos avançando no processo de licitação do Estado de Washington e estamos participando da última fase de comprovação de capacidade técnica para a prestação do serviço requerido. Se ultrapassarmos esta barreira, a fase seguinte será a de preço, que representará 10% do total da nota atribuída pra todo o processo.

Sabemos que a entrada da Valid no mercado de identificação norte americano não é uma tarefa fácil, mas acreditamos no potencial do nosso time e na nossa estratégia e foco na oferta completa de serviços aos nossos clientes e reiteramos nossa expectativa de fazermos parte deste mercado ao longo dos próximos anos.

TELECOM

(R\$ MILHÕES)	1T13	1T14	Variação
RECEITA LÍQUIDA	42,8	39,2	-8,4%
EBITDA AJUSTADO ¹	9,9	9,7	-2,0%
MARGEM EBITDA AJUSTADO ²	18,1%	17,3%	-0,8 p.p.
VOLUME (milhões)	18,2	20,4	12,1%

No 1T14, a queda observada na Receita Líquida de 8,4% deveu-se à redução dos volumes vendidos para o Brasil e que não foram compensados pelo incremento de volumes vendidos no exterior.

Além do Brasil, hoje a Valid já tem oferta de SIM Cards para os mercados do Peru, Colômbia, Chile, México, Argentina, Uruguai, Reino Unido, Áustria, Marrocos, Espanha, Angola, Holanda, França, Arábia Saudita, dentre outros.

A participação de outros países na Receita Líquida da divisão foi de 52,7% no 1T14 vs 36,9% no 1T13. O mercado externo representou 77,6% dos volumes reportados no 1T14 vs 58,5% no 1T13.

Nossa estratégia de avançarmos em ganhos de market share em mercados fora do Brasil continua e o objetivo principal é o mercado americano, que hoje já demanda aproximadamente 240 milhões de Sim Cards por ano, utilizando ainda 40% da tecnologia CDMA, cuja tendência é a de ser substituída gradativamente pela tecnologia do cartão SIM.

Diante desta oportunidade, já finalizamos o processo de homologação junto à duas importantes operadoras de telefonia e temos a expectativa de receitas neste mercado a partir do segundo semestre deste ano.

¹ EBITDA ajustado por resultados não-recorrentes da empresa Incard do Brasil no 1T13.

² Margem de EBITDA Ajustado sem considerar a equivalência patrimonial da Multidisplay e Incard (no 1T13).

RELEASE DE RESULTADOS 1T14

CERTIFICADORA DIGITAL

<i>(R\$ MILHÕES)</i>	1T13	1T14	Variação
RECEITA LÍQUIDA	3,8	6,7	76,3%
EBITDA	-1,6	1,4	N/A
MARGEM EBITDA	-42,5%	20,9%	N/A
VOLUME (milhares)	22,4	48,1	114,7%

Com a Receita Líquida de R\$ 6,7 milhões no 1T14, atingimos um market share de 9% ao final do período.

Continuamos focados no fortalecimento das parcerias estratégicas e na oferta dessas soluções aos nossos clientes e ao longo dos anos conseguimos reportar um crescimento moderado, mas constante nos indicadores da divisão.

FLUXO DE CAIXA

A geração de caixa operacional no primeiro trimestre de 2014 totalizou R\$ 51,1 milhões.

As atividades de investimento totalizaram R\$ 36,3 milhões com CAPEX, onde os principais gastos foram:

- Investimento de R\$ 10 milhões para os novos contratos no estado de SP;
- Investimento de R\$ 10 milhões para as operações da Valid USA

Em atividades de financiamento, o total no trimestre foi de R\$ 13,4 milhões e as principais movimentações foram:

- Financiamento de R\$ 5 milhões junto ao BNDES, ocorrido em janeiro/2014;
- Pagamento de juros sobre empréstimos, leasings e financiamentos: R\$ 1,9 milhões;
- Pagamento de R\$ 10,6 milhões sob a forma de dividendos;
- Pagamento de R\$ 5,9 sob a forma de juros sobre capital próprio;

As atividades acima resultaram em aumento das disponibilidades em R\$ 3,1 milhões, que acrescidos do saldo inicial em caixa de R\$ 152,2 milhões, totalizaram um saldo final de R\$ 155,3 milhões no final do 1T14.

Posição em Mar/2013	R\$ MILHÕES
Caixa Inicial	152,2
Caixa Líquido Gerado	51,1
CAPEX	(36,3)
Dividendos e JSCP	(16,5)
Financiamento BNDES	5,0
Dívida (Juros)	(1,9)
Outros	1,7
Caixa Final	155,3

RELEASE DE RESULTADOS IT14



ENDIVIDAMENTO

O endividamento bruto da Valid no primeiro trimestre de 2014 foi de R\$ 430,7 milhões, sendo esse montante dividido entre R\$ 32,7 milhões no curto prazo e R\$ 398,0 milhões no longo prazo. A dívida líquida ficou em R\$ 275,4 milhões.

A posição das dívidas no dia 31/03/2014 era de:

Debêntures:

Debêntures	4ª emissão-30/04/2013
Aprovação da oferta pública	Reunião do Conselho de Administração em 25/02/2013
Quantidade	25.000 debêntures simples não conversíveis em ações
Valor nominal unitário	R\$ 10.000
Valor total	R\$ 250.000.000
Espécie e série	Espécie quirografária de série única
Data de Vencimento	30 de abril de 2018
Remuneração	Taxa média DI + spread (de 0,71% a.a.)
Garantia	Sem garantia real
Amortização do principal	4 parcelas anuais a partir do 2º ano
Pagamento de juros	Semestral, a partir da data de emissão
"Rating" da emissão pela Moody's	Aa3 br (Escala Nacional Brasileira – NSR)

Empréstimos/Financiamento/ Leasings:

Descrição	Empréstimos	Financiamentos	Leasing a Pagar
Tomador	Valid USA	Valid Certificadora	Valid S.A.
Valor total	US\$ 52.500	R\$ 29.875	R\$ 27.416
Data de Vencimento	Nov/18	Setembro/18	Novembro/2018
Remuneração	2,64% a.a.	TJLP + 1,5%a.a	10,85% a.a.
Garantia	-	Fiança Bancária	Equipamentos
Amortização do principal	Semestrais (a partir de Nov/14)	Trimestrais (a partir de Out/14)	Mensais
Pagamento de juros	Semestrais (a partir de Maio/13)	Trimestrais	Mensais

Mais uma vez, ratificamos que em 2013 os indicadores financeiros da Companhia ficaram abaixo dos *covenants* da Emissão atual (4ª Emissão: Dívida Líquida/EBITDA \leq 3,00x e EBITDA/Despesas Financeiras \geq 1,75x).

Dívida Bruta	430,7
Caixa	155,3
Dívida Líquida	275,4
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado ¹	1,20
EBITDA Ajustado ¹ / Despesas Financeiras ²	5,62

¹ EBITDA Ajustado acumulado nos 12 últimos meses.

² Despesas financeiras acumulada nos últimos 12 meses.

RELEASE DE RESULTADOS IT14



MERCADO DE CAPITAIS

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Em reunião do Conselho de Administração no dia 26/12/2013, foi aprovada a distribuição de R\$ 10.563.290,54 (dez milhões, quinhentos e sessenta e três mil, duzentos e noventa mil e cinquenta e quatro centavos), a título de dividendos, equivalente ao valor bruto por ação de R\$ 0,1900, que foram pagos aos acionistas na proporção de sua participação no capital social da Companhia. Os proventos foram pagos no dia 31/01/2014, com base na posição acionária do dia 21/01/2014.

Em reunião do Conselho de Administração no dia 21/01/2014, foi aprovada a distribuição de R\$ 5.886.663,46 (cinco milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, seiscentos e sessenta e três reais e quarenta e seis centavos), a título de JSCP, equivalente ao valor bruto por ação de R\$ 0,10588, que foram pagos aos acionistas na proporção de sua participação no capital social da Companhia. Os proventos foram pagos no dia 31/01/2014, com base na posição acionária do dia 21/01/2014.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 24/04/2014, foi aprovada a distribuição de R\$ 7.951.894,21 (sete milhões, novecentos e cinquenta e um mil, oitocentos e noventa e quatro reais e vinte e um centavos), sob a forma de dividendos, equivalente ao valor bruto por ação de R\$ 0,14303, que serão pagos aos acionistas na proporção de sua participação no capital social da Companhia, no dia 09/05/2014, com base na posição acionária do dia 21/01/2014. Esta deliberação encerrou a distribuição de lucros relativos ao ano de 2013.

Devido à baixa alavancagem financeira atual e expectativa de sólida geração de caixa prevista para o ano, mantemos o compromisso de distribuir pelo menos 50% do nosso lucro líquido ajustado de 2014, sem que isto comprometa nossa política de crescimento também através de aquisições e desenvolvimento de novos negócios.

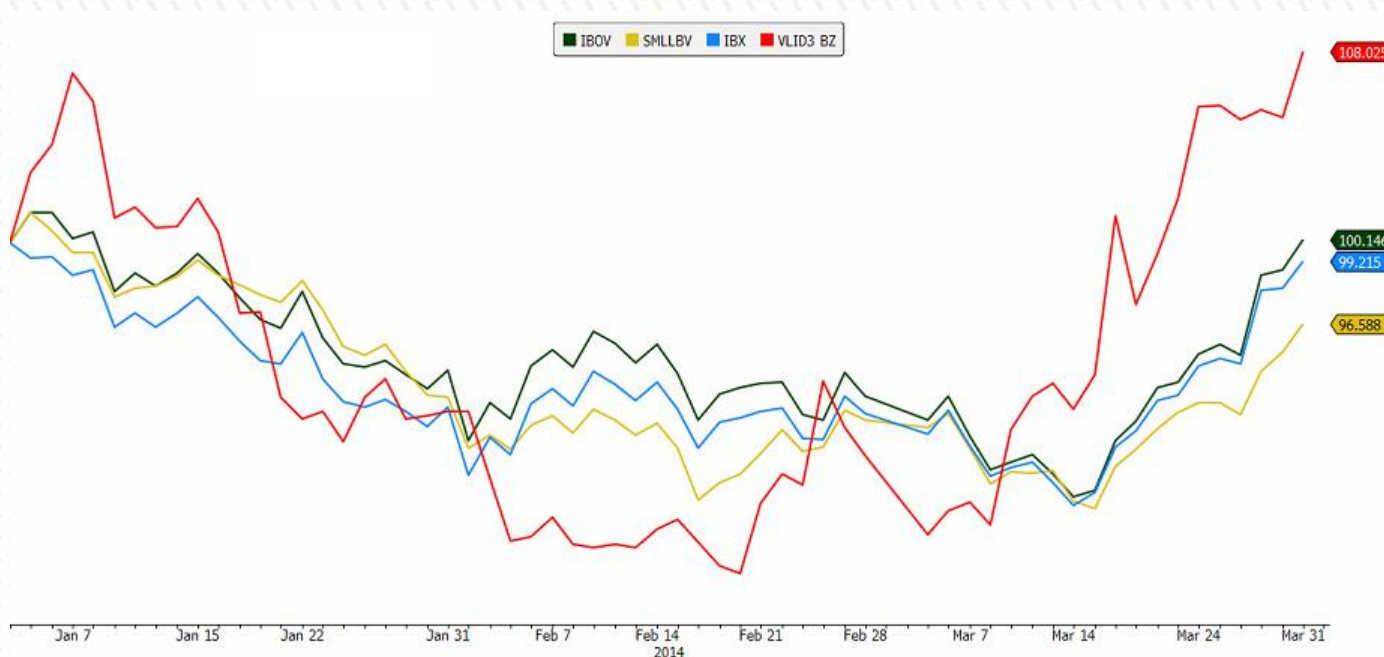


DESEMPENHO DAS AÇÕES

As ações da Valid (VLID3) estão listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa desde abril de 2006. As ações apresentaram valorização no trimestre de 8,7%. No dia 31 de março de 2014, os papéis fecharam cotados a R\$ 35,00, o equivalente a um valor de mercado de R\$ 1.951 milhões para a Companhia.

O gráfico abaixo demonstra o desempenho das ações da Valid neste trimestre:

Desempenho no 1T14
VALID X IBOVESPA X SMALL CAPS X IBX



Fonte: Bloomberg

EVENTOS PARA DISCUSSÃO DE RESULTADOS 4T13 e 2013

Teleconferências com webcast

07 de maio de 2014 (quarta-feira)

Português:

10h00 (BRT) / 9h00 (US ET) / 14h00 Londres

Número de conexão: +55 (11) 2188-0155

Código: Valid

Inglês:

12h00 (BRT) / 11h00 (US ET) / 16h00 Londres

Número de conexão: +1 (646) 843-6054

Código: Valid

Transmissão ao vivo via webcast:

Português:

<http://webcast.mzvaluemonitor.com/Cover.aspx?PlatformId=2238>

Inglês:

<http://webcast.mzvaluemonitor.com/Cover.aspx?PlatformId=2239>

BALANÇO PATRIMONIAL
(em R\$ milhões)

ATIVO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Dez 2013	Mar 2014	Dez 2013	Mar 2014
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	90,0	73,7	152,2	155,3
Contas a receber de clientes	106,1	99,0	233,6	224,4
Provisão para perdas sobre crédito	(0,2)	(0,3)	(1,4)	(1,6)
Créditos com partes relacionadas	2,0	(0,1)	-	-
Impostos a recuperar	12,5	14,4	19,5	23,4
Estoques	74,7	72,4	118,1	117,6
Dividendos a receber	-	-	1,2	1,2
Outras contas a receber	17,6	15,0	23,0	23,7
Despesas antecipadas	1,4	1,3	7,8	7,8
Total do ativo circulante	304,1	275,5	554,0	551,8
Realizável a Longo Prazo	67,0	75,3	62,7	63,4
Depósitos judiciais	24,5	24,8	28,5	28,8
Impostos a recuperar	5,1	5,1	5,2	5,2
Impostos de renda e contribuição social diferidos	6,5	7,0	26,5	26,2
Outras contas a receber	1,3	1,6	2,5	3,2
Crédito com partes relacionadas	29,6	36,8	-	-
Investimentos	326,4	338,6	24,0	25,4
Imobilizado	198,8	220,9	337,0	360,2
Intangível	11,4	11,8	195,2	192,9
Total do ativo não circulante	603,6	646,6	619,0	641,8
Total do ativo	907,7	922,1	1.173,0	1.193,6

BALANÇO PATRIMONIAL
(em R\$ milhões)

PASSIVO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Dez 2013	Mar 2014	Dez 2013	Mar 2014
Passivo circulante				
Fornecedores	31,0	27,5	64,0	68,7
Débito com partes relacionadas	-	1,5	-	-
Empréstimos e financiamentos, debêntures e leasing a pagar	4,2	15,3	18,9	32,7
Salários, provisões e encargos sociais a recolher	28,9	27,8	48,2	46,2
Impostos, taxas e contribuições sociais a recolher	5,4	5,9	17,1	21,7
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	10,6	-	10,6	-
Contas a pagar-aquisição de empresas	-	-	6,8	6,6
Outras contas a pagar	5,0	5,4	25,6	23,1
Total do passivo circulante	85,1	83,4	191,2	199,0
Passivo não circulante				
Fornecedores	-	-	1,6	-
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	270,1	275,1	393,2	398,0
Provisões	9,0	9,3	12,7	12,8
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	26,8	26,9
Contas a pagar-aquisição de empresas	-	-	2,7	2,7
Outras contas a pagar	-	-	1,4	-
Total do passivo não circulante	279,1	284,4	438,3	440,4
Patrimônio líquido				
Capital social	360,0	360,0	360,0	360,0
Ações em tesouraria	(3,0)	(3,0)	(3,0)	(3,0)
Reservas de capital	7,9	7,9	7,9	7,9
Reservas de lucros	157,6	157,6	157,6	157,6
Ajustes acumulados de conversão	13,0	6,3	13,0	6,3
Proposta de dividendos/juros sobre capital próprio adicionais	8,0	8,0	8,0	8,0
Lucro (prejuízo) do período	-	17,5	-	17,5
Total do patrimônio líquido	543,5	554,2	543,5	554,3
Total do passivo e patrimônio líquido	907,7	922,1	1.173,0	1.193,6

RELEASE DE RESULTADOS 1T14


DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS TRIMESTRAIS
 (Em R\$ milhões)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	1T13	1T14	1T13	1T14
Receita bruta de vendas e serviços	172,7	169,1	302,1	330,1
Impostos e devoluções	(27,1)	(22,1)	(34,8)	(30,0)
Receita de vendas líquida	145,6	147,0	267,3	300,1
Custos das mercadorias e serviços	(116,9)	(118,2)	(201,1)	(222,0)
Resultado bruto	28,7	28,8	66,2	78,1
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas	(8,6)	(10,1)	(18,6)	(23,6)
Despesas administrativas	(7,4)	(6,9)	(9,9)	(13,5)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(0,1)	(0,4)	(0,9)	(0,6)
Resultado de equivalência patrimonial	18,4	18,9	0,9	1,3
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	31,0	30,3	37,6	41,7
Receitas financeiras	3,1	4,6	4,6	3,0
Despesas financeiras	(10,0)	(12,0)	(11,4)	(13,3)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	24,1	22,9	30,8	31,4
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(6,3)	(7,6)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2,3	0,5	1,9	(0,4)
Lucro Líquido do Período	26,4	23,4	26,4	23,4

RELEASE DE RESULTADOS 1T14


DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
 (Em R\$ milhões)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	1T13	1T14	1T13	1T14
Fluxo de caixa das atividades operacionais	19,1	20,3	39,5	47,9
Lucro líquido do período	26,4	23,4	26,4	23,4
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa e equivalentes de caixa gerados (aplicados) pelas atividades operacionais				
Depreciação	5,9	7,1	8,2	12,7
Baixa de Ativo	-	-	-	2,4
Amortização	0,8	0,9	0,8	1,0
Provisões	0,2	0,3	(0,5)	0,1
Provisão para perdas sobre créditos	-	0,2	-	0,2
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2,3)	(0,5)	(1,9)	0,4
Equivalência patrimonial	(18,4)	(18,9)	(0,9)	(1,3)
Juros sobre debêntures e empréstimos	5,1	6,4	6,0	7,7
Operações com derivativos	3,3	-	3,3	-
Variação cambial de adiantamentos e leasing a pagar	(0,2)	1,3	(0,2)	1,3
Juros sobre aplicação financeira - caixa restrito	(1,7)	-	(1,7)	-
Variações nos ativos e passivos	(24,0)	4,1	(46,6)	3,2
Contas a receber de clientes	(12,4)	9,0	(34,5)	4,4
Impostos a recuperar	(1,1)	(1,8)	(2,3)	(4,9)
Estoques	2,7	2,3	0,6	(1,8)
Depósitos judiciais	(7,2)	(0,3)	(7,4)	(0,3)
Outras contas a receber	-	(4,9)	0,2	(2,9)
Aumento (diminuição) passivos circulantes				
Fornecedores	(5,6)	-	(3,8)	7,5
Salários, provisões e encargos sociais a recolher	(1,8)	(1,2)	0,3	(1,0)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	0,7	0,5	7,9	14,2
Pagamentos de IR e CSLL	-	-	(5,8)	(8,9)
Outras contas a pagar	0,7	0,4	(1,8)	(3,1)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(4,9)	24,4	(7,1)	51,1
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição e baixa de imobilizado	(4,6)	(22,0)	(6,8)	(34,6)
Aquisição e baixa de investimento e intangível	(1,6)	(1,3)	(1,6)	(1,7)
Dividendos recebidos	20,0	-	1,5	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	13,8	(23,3)	(6,9)	(36,3)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	-	(10,6)	-	(10,6)
Juros sobre capital próprio pagos	(12,4)	(5,9)	(12,4)	(5,9)
Pagamento de Leasing	(0,1)	(0,9)	(0,1)	(0,9)
Financiamentos	-	-	9,5	5,0
Pagamentos de juros sobre financiamentos	-	-	(0,2)	(0,4)
Pagamento de juros sobre empréstimos	-	-	-	(0,6)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(12,5)	(17,4)	(3,2)	(13,4)
Ajuste acumulado de conversão	-	-	1,0	1,7
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(3,6)	(16,3)	(16,2)	3,1
Saldos do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	30,7	90,0	115,8	152,2
No fim do exercício	27,1	73,7	99,6	155,3
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(3,6)	(16,3)	(16,2)	3,1

Notas Explicativas

Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de março de 2014 e em 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A. (“Valid” ou “Companhia”), com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 231 - 16º andar - Rio de Janeiro, atua no Brasil desde 1993, quando a American Banknote Corporation adquiriu a subsidiária brasileira da Thomas de La Rue, uma empresa de serviços gráficos de segurança que atuava no mercado brasileiro há quase 50 anos.

A Companhia tem por objeto social, principalmente a indústria gráfica em geral, incluindo impressos de segurança, bilhetes e sistemas de loteria em geral, inclusive eletrônica, indústria de cartões plásticos, magnéticos e indutivos e codificação de cartões e desenvolvimento, implantação e execução de projetos de gerenciamento eletrônico de documentos.

A Companhia atende tanto a clientes do setor privado quanto do setor público, oferecendo produtos e serviços que incluem características, processos e tecnologias antifraude e que dificultam a falsificação. A Companhia tem entre seus principais clientes grandes instituições financeiras, empresas de telecomunicações, bem como governos estaduais e agências públicas. Os produtos oferecidos incluem cartões de crédito e de débito, cartões telefônicos pré-pagos e indutivos, carteiras de habilitação, impressos de segurança, carteiras de identidade e processamento e emissão de documentos com impressos de segurança e prevenção a fraudes, logística de documentos e gestão de suprimento de produtos gráficos, *smart cards*, selos, *contactless cards*, certificados digitais, cheques, extratos bancários e contas de serviços de utilidade pública.

Em 12 de abril de 2006, a Companhia obteve o registro de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), passando a integrar o Novo Mercado da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo - BM&FBOVESPA.

Em 8 de outubro de 2010, a Companhia teve sua denominação social alterada de “American Banknote S.A.” para “Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.”.

A Companhia autorizou a conclusão da preparação destas informações trimestrais em 15 de abril de 2014.

2. Políticas contábeis

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade

Notas Explicativas

nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As informações contábeis intermediárias da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, compreendem:

- As informações trimestrais consolidadas elaboradas de acordo com o CPC 21 – Demonstração intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standard Board - IASB e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.
- As informações trimestrais individuais, elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e que diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial (“ICPC 09”), enquanto que de acordo com as normas internacionais de contabilidade seria custo ou valor justo.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão divulgadas a seguir:

Notas Explicativas

2.1 Base de consolidação

As informações trimestrais consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas (coletivamente denominadas “Grupo”), cuja participação percentual na data dos balanços é assim resumida:

	% de participação	
	31/03/2014	31/12/2013
Valid Participações Ltda. (“Valid Par”)	100	100
Interprint Ltda. (“Interprint”)	100	100
Valid Certificadora Digital Ltda. (“Certificadora”)	(ii) 100	(ii) 100
Valid Soluciones Tecnológicas (“Valid Espanha”)	100	100
Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A. (“Valid Argentina”)	(i) 100	(i) 100
Trust Administração e Participações Ltda. (“Trust”)	100	100
Valid USA, Inc. (“Valid USA”)	(iii) 100	(iii) 100
Valid Secure Solutions, LLC (“Valid Solutions”)	(iii) 100	(iii) 100
ScreenCheck North America, LLC (“ScreenCheck”)	(iii) 100	-

(i) Participação direta e indireta.
(ii) Participação indireta através da Interprint
(iii) Participação indireta através da Valid Espanha.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data na qual a Companhia obtém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo são eliminados por completo nas informações consolidadas.

2.2 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos dos passivos assumidos) e, caso seja inferior, é registrado um ganho por compra vantajosa no resultado, na data de aquisição.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação.

Notas Explicativas

2.3 Investimento em coligada

A controlada direta Interprint detém participação na coligada Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multidisplay”) e este investimento é contabilizado pelo método da equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa sem a controlar.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na coligada é mensurado pelo percentual de participação detido da coligada multiplicado pelo seu patrimônio líquido.

A demonstração do resultado reflete a parcela detida pela Companhia nos resultados das operações da coligada, como resultado de equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da coligada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e a coligada, são eliminados de acordo com a participação detida na coligada.

As demonstrações financeiras da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Valid. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com aquelas adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a coligada, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da coligada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

2.4 Negócios em conjunto

A Valid detém participação na Incard, na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle conjunto desta investida. A Valid reconhece sua participação na Incard com base no método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras da Incard são preparadas para o mesmo período de divulgação da Valid. Os ajustes são efetuados, quando necessário, para alinhar as políticas contábeis com as adotadas pela Companhia.

Quando ocorrer perda de controle conjunto, e contanto que esta investida não se torne controlada ou coligada, a Valid passa a mensurar esse investimento a valor justo a partir de então. No momento da perda de controle conjunto, será reconhecida na demonstração do resultado qualquer diferença entre o valor contábil do antigo empreendimento e o valor justo do investimento, bem como eventuais resultados da venda deste empreendimento.

Quando o investimento remanescente mantiver influência significativa, será contabilizado como investimento em uma coligada, conforme descrito anteriormente.

Notas Explicativas

2.5 Conversão de moeda estrangeira

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade do Grupo determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferente do real, as informações trimestrais são traduzidas para o real, ativos e passivos pela taxa final e o resultado pela taxa média, em conformidade com o que dispõe o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2).

a) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas no patrimônio líquido.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais.

b) Empresas do Grupo

As demonstrações financeiras das controladas Valid Argentina, Valid Espanha, Valid USA, Valid Solutions e ScreenCheck, sediadas respectivamente na Argentina, Espanha e Estados Unidos, foram preparadas com base na moeda funcional de cada controlada. A seguir listamos as moedas funcionais de cada controlada:

<u>Empresa do Grupo</u>	<u>Moeda funcional</u>
Valid Par	Real
Interprint	Real
Certificadora	Real
Valid Espanha	Euro
Valid Argentina	Peso Argentino
Trust	Real
Valid USA	Dólar
Valid Solutions	Dólar
ScreenCheck	Dólar

Os ativos e passivos destas controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do mês das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. Caso ocorra venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

Eventual ágio na compra de uma controlada no exterior desde 1º de janeiro de 2009 e eventuais ajustes a valor justo dos valores contábeis dos ativos e passivos resultantes da aquisição são tratados como ativos e passivos da controlada no exterior e convertidos na data do fechamento.

As diferenças cambiais resultantes da conversão do ágio na compra de uma controlada desde a adoção inicial do IFRS são contabilizadas no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

2.6 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. O Grupo avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes do reconhecimento da receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita de juros

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

2.7 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que o imposto diferido ativo venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) promulgadas na data do balanço.

Notas Explicativas

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Conforme previsto na Lei nº 11.941/09, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição (RTT) de apuração do lucro real, de modo que as modificações nos critérios de reconhecimento de receitas, custos e despesas computados na apuração do lucro líquido do exercício não têm efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica sujeita ao RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627/13 (MP), que revoga o RTT e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015, mas a referida MP permite que o contribuinte opte pela antecipação dos efeitos para 2014 como condição para eliminar eventuais efeitos tributários relacionados a dividendos pagos até a data da publicação da referida MP, ao cálculo dos juros sobre capital próprio e à avaliação dos investimentos relevantes em sociedades controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial. Considerando que a MP poderá sofrer alterações significativas por meio de suas propostas de emendas, a Companhia aguardará a sua conversão em Lei para uma análise conclusiva. Entretanto, de acordo com estudos preliminares, não se esperam impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Notas Explicativas

2.8 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda, conforme a situação.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros do Grupo incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, dividendos a receber e outras contas a receber.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos eventual perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira na demonstração do resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo

Notas Explicativas

amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando o investimento é baixado ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Baixa dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- O Grupo transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) O Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando o Grupo tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do Grupo com o ativo.

Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que o Grupo manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

b) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou outros passivos, conforme o caso. O Grupo determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Notas Explicativas

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros do Grupo incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures, classificados como outros passivos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. O Grupo não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado em 31 de março de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, exceto pelo derivativo liquidado em 5 de agosto de 2013.

Outros passivos

Após reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Baixa de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de reduzir a exposição de risco de mercado decorrente das variações nas taxas de câmbio da dívida em moeda estrangeira. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo. Alterações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas diretamente no resultado.

A Companhia e suas controladas não fizeram uso da contabilidade de “hedge” (“*hedge accounting*”) nos períodos apresentados.

O Grupo liquidou seus instrumentos financeiros derivativos em 5 de agosto de 2013.

Notas Explicativas

d) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

2.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.10 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são adquiridos, reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital, no patrimônio líquido.

2.11 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.12 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas - custo de aquisição, de acordo com o custo médio.
- Produtos em processo - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela

Notas Explicativas

proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

2.13 Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado do Grupo são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, o Grupo reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas anuais médias ponderadas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

- Edificações – 4%.
- Máquinas e equipamentos – 9,6%.
- Móveis e utensílios – 10,1%.
- Veículos – 20%.
- Equipamento de processamento de dados – 20%.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.14 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do

Notas Explicativas

resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.15 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

2.16 Empréstimos, financiamentos e debêntures

As obrigações em moeda nacional são atualizadas pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transações incorridos na captação dos recursos.

2.17 Arrendamento

O Grupo como arrendatário

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem ao Grupo basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantil financeiro, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver

Notas Explicativas

razoável certeza de que o Grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.18 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e seja provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.19 Participação nos resultados

A Companhia mantém programa de participação dos empregados nos resultados e registra, mensalmente, uma provisão em função das metas divulgadas aos seus colaboradores e alcançadas até aquela data, estando tais valores registrados como despesas operacionais e custo das mercadorias vendidas.

2.20 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa ("CPC 03"), enquanto que as demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado ("CPC 09").

2.21 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal

Notas Explicativas

tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. A Companhia não possui sazonalidade em suas operações, no entanto, historicamente apresenta um crescimento ao longo do exercício.

2.22 Novos pronunciamentos contábeis

a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que estão em vigor desde 1º de janeiro de 2014:

- IAS 32/CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Compensações de Ativos e Passivos – Traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32, sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial. A Administração não identificou impactos decorrentes dessa alteração da norma existente.
- IFRIC 21 - Taxações - Orienta sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aqueles nos quais os valores e o período da taxa são claros. A Administração não identificou impactos decorrentes dessa nova norma.
- IAS 36 – Impairment de ativos (CPC 01) – adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros. A Administração não identificou impactos decorrentes dessa alteração da norma existente.
- IAS 39 – Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração (CPC 38) - adiciona orientações esclarecendo que não há necessidade de descontinuar “hedge accounting” se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos. A Administração não identificou impactos decorrentes dessa alteração da norma existente.
- Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - As alterações à IFRS 10 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Para se caracterizar como entidade de investimento, uma entidade que reporta deve:

- obter recursos de um ou mais investidores com o objetivo de prestar-lhes serviços profissionais de gestão de investimentos.
- comprometer-se com seu(s) investidor(es) de que seu objeto social é o investimento de recursos somente para obter retornos sobre a valorização do capital e a receita de investimento, ou os dois.
- mensurar e avaliar o desempenho de substancialmente todos os seus investimentos com base no valor justo.
- Foram feitas alterações decorrentes à IFRS 12 e à IAS 27 para introduzir novas exigências de divulgação para entidades de investimento.

A Administração não identificou impactos decorrentes dessas alterações das normas existentes.

Notas Explicativas

b) Normas, interpretações e alterações emitidas e ainda não vigente (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015):

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. O efeito mais significativo decorrente da aplicação da nova norma refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Assim, a variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecida em “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em “Outros resultados abrangentes” resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado.

O Grupo pretende adotar tal norma quando a mesma entrar em vigor. O Grupo analisou os impactos dessa norma e não foi identificado nenhum impacto relevante sobre as informações trimestrais.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das informações trimestrais, individuais e consolidadas, da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das informações trimestrais. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados reais que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Notas Explicativas

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. O Grupo constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia do Grupo.

Imposto de renda diferido ativo é reconhecido na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização.

Vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível

Conforme descrito na Nota 2.13, a Administração revisa a vida útil estimada dos bens do

Notas Explicativas

imobilizado anualmente, ao encerramento de cada exercício. Em 31 de março de 2014, a Administração concluiu que as vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível eram adequadas, não sendo requeridos ajustes.

Provisão para participação nos lucros

A participação nos lucros e resultados paga aos colaboradores (incluindo pessoal chave) é baseado na realização de métricas de desempenho, financeiras e de qualidade, bem como os objetivos individuais dos colaboradores, determinados anualmente. Esta provisão é constituída mensalmente, sendo recalculada ao final do exercício com base na melhor estimativa das metas atingidas, conforme estabelecido no processo orçamentário anual.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	3.999	5.486	29.936	34.015
Equivalentes de caixa	69.724	84.562	125.370	118.188
Total	73.723	90.048	155.306	152.203

Os equivalentes de caixa referem-se a aplicações financeiras mantidas em bancos de primeira linha, com liquidez imediata, portanto, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, com habilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de perda de seu valor. Essas aplicações financeiras compreendem Certificado de Depósito Bancário – CDB e operações compromissadas com lastro em debêntures, com garantia de recompra e são remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e, portanto, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado.

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Contas a receber de clientes	98.984	106.090	224.408	233.568
Provisão para perdas sobre créditos	(347)	(189)	(1.577)	(1.439)
Total	98.637	105.901	222.831	232.129

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
A vencer	63.966	65.139	149.355	148.626
Vencidos				
Até 30 dias	20.671	25.476	38.148	42.633
De 31 à 60 dias	3.342	5.127	11.081	13.126
De 61 à 90 dias	1.561	2.100	5.065	9.193
De 91 à 120 dias	1.206	705	2.078	3.704
De 121 à 150 dias	787	1.530	4.019	6.472
De 151 à 180 dias	678	1.213	4.220	1.534
De 181 à 210 dias	656	396	753	500
De 211 à 365 dias	2.234	1.363	2.933	2.600
Há mais de 365 dias	3.883	3.041	6.756	5.180
Total vencidos	35.018	40.951	75.053	84.942
Total	98.984	106.090	224.408	233.568

A Companhia não apresenta a movimentação da provisão para perdas sobre crédito por considerar seu montante e movimentação imateriais.

A Companhia analisa os saldos de contas a receber vencidos de forma individualizada e com base no histórico de recebimentos, e entende que em 31 de março de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, os montantes provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas.

6. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
IR a recuperar	7.080	6.975	14.646	12.733
CSLL a recuperar	993	993	1.009	998
ICMS a recuperar	650	704	1.400	1.459
IPI a recuperar	9.839	8.723	10.281	9.112
Impostos federais retidos por clientes	951	291	1.184	325
INSS a recuperar	-	-	157	157
Outros	6	1	6	1
Total	19.519	17.687	28.683	24.785
Total circulante	14.379	12.547	23.446	19.548
Total não circulante	5.140	5.140	5.237	5.237
Total	19.519	17.687	28.683	24.785

A Companhia tem expectativa de realizar seus créditos de IPI a recuperar através de compensação com outros tributos federais e pedido de restituição junto às autoridades fiscais, portanto, a Administração entende que os saldos apresentados em 31 de março de 2014 são realizáveis.

Os saldos de IR e CSLL a recuperar referem-se principalmente a IR sobre aplicações financeiras e antecipações de IR e CSLL realizadas.

Notas Explicativas**7. Estoques**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Matéria prima	39.153	41.680	72.408	72.126
Produtos em processo	25.431	25.438	35.070	35.728
Peças e materiais de reposição	3.069	3.115	3.763	3.798
	67.653	70.233	111.241	111.652
Adiantamentos a fornecedores	4.723	4.481	6.340	6.406
Total	72.376	74.714	117.581	118.058

8. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Trabalhistas	9.836	9.217	13.812	13.258
Tributários	8.062	8.339	8.062	8.339
Cíveis, comerciais e outros	6.897	6.897	6.897	6.897
Total	24.795	24.453	28.771	28.494

Em 8 de fevereiro de 2013 a Companhia efetuou depósito judicial referente ao processo nº 2008.34.00.029636-4 no valor de R\$ 6.646. Este processo, de natureza cível, possui expectativa de perda possível, tem como parte a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e tem como objeto obter a suspensão de exigibilidade de multa imposta pela mesma à Companhia no processo administrativo nº 53.508.009981/2004, por suposta produção de cartão indutivo com número de certificado vencido.

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativo e passivo e sua movimentação estão apresentados a seguir:

	Controladora		
	31/12/2013	Reconhecido no resultado IR/CSLL diferido	31/03/2014
Impostos diferido ativos com relação a:			
Provisões	3.073	103	3.176
Comissões a pagar	629	68	697
Provisão para fretes	184	(53)	131
Provisão para obsolescência imobilizado	1.419	-	1.419
Provisão para royalties	1.624	(615)	1.009
Provisão honorários advocatícios	584	(63)	521
Provisão para PLR	1.278	(533)	745
Outras adições temporárias	1.978	1.939	3.917
Total imposto diferido ativo	10.769	846	11.615
Impostos diferido passivos com relação a:			
Diferença depreciação – CPC 27	(4.237)	(378)	(4.615)
Total imposto diferido passivo	(4.237)	(378)	(4.615)
Total imposto diferido	6.532	468	7.000

Notas Explicativas

	Consolidado		
	31/12/2013	Reconhecido no resultado IR/CSLL diferido	31/03/2014
Impostos diferido ativos com relação a:			
Provisões	3.451	51	3.502
Efeito fiscal da contraprestação contingente	6.626	-	6.626
Comissões a pagar	842	87	929
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	18.269	982	19.251
Provisão para fretes	218	(87)	131
Provisão para obsolescência do imobilizado	1.419	-	1.419
Provisão para royalties	1.631	(612)	1.019
Provisão honorários advocatícios	584	(63)	521
Provisão para PLR	1.678	(837)	841
Outras adições temporárias	3.875	2.073	5.948
Total imposto diferido ativo	38.593	1.594	40.187
Impostos diferido passivos com relação a:			
Amortização fiscal do ágio dedutível	(34.297)	(298)	(34.595)
Diferença depreciação – CPC 27	(4.577)	(1.703)	(6.280)
Total imposto diferido passivo	(38.874)	(2.001)	(40.875)
Total imposto diferido	(281)	(407)	(688)

As outras adições temporárias são compostas, principalmente, por provisões referentes a despesas incorridas com serviços prestados por terceiros.

O ágio pago na aquisição da Interprint e suas subsidiárias, suportado pela expectativa de rentabilidade futura, não é passível de amortização para fins contábeis desde 1º de janeiro de 2009. Entretanto, o mesmo continua a ser amortizado para fins fiscais com base no Regime Tributário de Transição (“RTT”) instituído pela Lei nº 11.941/09. Desta forma, a Companhia constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos passivos pela diferença temporária tributável.

A Companhia também constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre as diferenças entre o encargo de depreciação apurado considerando a legislação tributária e o encargo de depreciação registrado em sua contabilidade societária (considerando a vida útil do bem).

A Companhia efetuou, para fins de demonstração, a compensação dos ativos e passivos fiscais diferidos da seguinte forma:

Compensação	31/03/2014				
	Valid	Interprint	Valid USA	Outras	Total
Impostos diferidos ativos	11.615	8.114	14.881	5.577	40.187
Impostos diferidos passivos	(4.615)	(34.975)	(1.285)	-	(40.875)
Total ativos fiscais	7.000	-	13.596	5.577	26.173
Total passivos fiscais	-	(26.861)	-	-	(26.861)
Compensação	31/12/2013				
	Valid	Interprint	Valid USA	Outras	Total
Impostos diferidos ativos	10.769	7.880	13.791	6.153	38.593
Impostos diferidos passivos	(4.237)	(34.637)	-	-	(38.874)
Total ativos fiscais	6.532	-	13.791	6.153	26.476
Total passivos fiscais	-	(26.757)	-	-	(26.757)

Notas Explicativas

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2014	7.020	16.178
2015	4.595	11.289
2016	-	4.394
2017	-	1.700
a partir de 2017	-	6.626
Total	<u>11.615</u>	<u>40.187</u>

10. Investimentos e intangível**Investimentos**

A movimentação dos saldos de investimentos para o exercício findo em 31 de março de 2014 está demonstrada como segue:

<u>Investimento</u>	<u>Controladora</u>					<u>Saldos em 31/03/2014</u>
	<u>Saldos em 31/12/2013</u>	<u>Adições (baixas)</u>	<u>Variação cambial</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Dividendos distribuídos</u>	
Investidas						
Valid Par	883	-	-	10	-	893
Interprint	215.451	-	(194)	18.263	-	233.520
Valid Espanha	37.609	-	(1.165)	(2.231)	-	34.213
Valid Argentina	12.898	-	(2.934)	1.706	-	11.670
Trust	10.906	-	-	1.165	-	12.071
	<u>277.747</u>	-	<u>(4.293)</u>	<u>18.913</u>	-	<u>292.367</u>
Ágio						
Valid Espanha	39.696	-	(1.341)	-	-	38.355
Valid Argentina	5.339	-	(1.142)	-	-	4.197
Trust	3.649	-	-	-	-	3.649
	<u>48.684</u>	-	<u>(2.483)</u>	-	-	<u>46.201</u>
Total	<u>326.431</u>	-	<u>(6.776)</u>	<u>18.913</u>	-	<u>338.568</u>
<u>Investimento</u>	<u>Consolidado</u>					<u>Saldo em 31/03/2014</u>
	<u>Saldo em 31/12/2013</u>	<u>Adições (baixas)</u>	<u>Variação cambial</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Dividendos distribuídos</u>	
Multidisplay	6.355	-	-	1.876	-	8.231
Incard	17.693	-	-	(543)	-	17.150
Total	<u>24.048</u>	-	-	<u>1.333</u>	-	<u>25.381</u>

Notas Explicativas

As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto podem ser resumidas da seguinte forma:

31 de março de 2014						
Controladas e controladas em conjunto	Total dos ativos	Total dos passivos	Resultado do exercício	Patrimônio líquido	Quantidade de ações / quotas (lote de mil)	% de participação
Valid Par	910	17	10	893	1.031	100
Interprint	284.123	50.603	18.263	233.520	227.500	100
Incard	63.351	27.009	(1.086)	36.342	-	(***) 50
Valid Certificadora	44.042	29.363	1.190	14.679	20.000	(**) 100
Valid Espanha	86.870	52.657	(2.231)	34.213	164	100
Valid Argentina	31.645	19.438	1.784	12.207	19.025	(*) 100
Trust	14.851	2.780	1.165	12.071	17.500	100
Valid USA	175.104	166.731	(2.802)	8.373	100	(***) 100
Valid Solutions	1.224	1.195	(379)	29	-	(***) 100
ScreenCheck	12.195	2.736	69	9.459	-	(***) 100

(*)Participação direta e indireta.

(**)Participação indireta através da Interprint.

(***)Participação indireta através da Valid Espanha

(****) Controlada em conjunto indireta através da Interprint.

a) Trust Administração e Participações Ltda.

Em setembro de 2006, a Companhia concluiu por meio da celebração de Contrato de Cessão de Quotas, a aquisição de 100% das quotas da Trust Administração e Participações Ltda., empresa que tem como principais produtos os bilhetes de loterias instantâneas e cartões telefônicos em papel. A aquisição da Trust teve como objetivo a ampliação do portfólio de produtos e serviços da Valid, bem como uma maior penetração no mercado como um todo. O valor total da operação totalizou R\$10.825.

Como parte da transação, foi reconhecido pela Companhia um ágio no montante total de R\$ 6.633, na qual foi tomado como base as demonstrações financeiras levantadas em 31 de agosto de 2006. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Deliberação da CVM nº 553/08, a partir de 1º de janeiro de 2009 este ativo intangível deixou de ser amortizado e passou a ser somente submetido a testes de recuperação de acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“CPC 01”).

b) Valid Participações Ltda.

A Valid Participações Ltda. cuja razão social anterior era ABnote Participações Ltda., foi criada em 3 de agosto de 2007, e tem como objeto social a participação no capital social de outras sociedades. A Valid Par detém cinco por cento do capital social da Transtex Chile e detinha cinco por cento do capital da Valid Argentina que foi transferida para a Interprint Ltda. A aquisição das referidas empresas ocorreu em 30 de agosto de 2007, pelo valor total de US\$ 525 mil (US\$ 519 mil – Valid Argentina e US\$ 6 mil - Transtex Chile). A Valid Par pertence integralmente à Valid.

c) Valid Soluciones y Servicios de Seguridad en Medios de Pago e Identificación S.A.

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de agosto de 2007 aprovou a aquisição de noventa e cinco por cento do capital social da Valid Argentina cuja razão social anterior era Transtex S.A.. Esta controlada é uma empresa com sede em Buenos Aires, Argentina, e líder na comercialização de cartões bancários no mercado argentino,

Notas Explicativas

além de exportar seus produtos para outros países da América Latina, como Peru, Bolívia, Uruguai e Paraguai. O valor total da operação foi de US\$ 9.861 mil.

Como parte da transação, foi reconhecido pela Companhia um ágio no montante total de R\$12.698, na qual foi tomado como base as demonstrações financeiras levantadas em agosto de 2007. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Deliberação da CVM nº 553/08, a partir de 1º de janeiro de 2009 este ativo intangível deixou de ser amortizado e passou a ser somente submetido a testes de recuperação de acordo com o CPC 01.

d) **CSB Transtex Chile S.A.**

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de agosto de 2007, aprovou a aquisição de noventa e cinco por cento das ações do capital social da Transtex Chile, empresa com sede em Santiago, Chile. O valor total da operação totalizou US\$ 114 mil. No 4º trimestre de 2013 a Transtex Chile encerrou suas atividades.

e) **Interprint Ltda.**

A Interprint Ltda. é uma empresa que atua provendo soluções completas de pagamentos e identificação para os segmentos financeiros, de telecomunicações e de governo. Seu portfólio de produtos inclui cartões indutivos, pré-pagos, talões de cheques, carteiras de habilitação, carteiras de identidade, soluções de biometria (AFIS) e impressão eletrônica, entre outros.

A antiga controladora da Interprint, Praven Participações Ltda. (“Praven”), em função de um processo de reestruturação societária, foi incorporada em 1º de fevereiro de 2006, de forma reversa pela controlada Interprint, a qual manteve sua razão social. Em decorrência desse processo, a Praven foi extinta e seu patrimônio passou a integrar o patrimônio de sua sucessora Interprint. O ágio decorrente da incorporação reversa está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Deliberação da CVM nº 553/08, a partir de 1º de janeiro de 2009 este ativo intangível deixou de ser amortizado e passou a ser somente submetido a testes de recuperação de acordo com o CPC 01.

Em 12 de maio de 2008, a Unicert Brasil Ltda. (“Unicert”), controlada integral da Valid, adquiriu 76% de participação na Interprint, mediante pagamento em dinheiro, no montante de R\$ 179.150.

Em 29 de maio de 2008, a Valid conferiu a totalidade das suas quotas, representativas de 24% de participação na Interprint, ao capital social de sua controlada Unicert, que já detinha 76% de participação na Interprint. Assim, a Valid que detinha 100% de participação na Unicert passou a deter 100% de participação na Interprint através de uma única controlada.

Em 30 de maio de 2008, a Unicert foi incorporada pela sua subsidiária Interprint, por meio de incorporação reversa. O aumento de capital social, decorrente da incorporação, foi subscrito em nome dos sócios da Unicert em troca das participações extintas naquela empresa. Em razão da incorporação, a Valid passou a deter diretamente 100% do capital social da Interprint.

Notas Explicativas

O ágio total pago na aquisição da Interprint totalizou R\$146.706, sendo R\$47.235 relativo a mais valia dos ativos e R\$99.471 relativo à rentabilidade futura. O ágio decorrente da mais valia dos ativos foi devidamente alocado aos seus respectivos bens no ativo imobilizado, constante no laudo de avaliação, e é amortizado de acordo com a vida útil remanescente do mesmo. O ágio decorrente da rentabilidade futura foi amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Deliberação da CVM nº 553/08, a partir de 1º de janeiro de 2009 este ativo intangível deixou de ser amortizado e passou a ser somente submetido a testes de recuperação de acordo com o CPC 01.

Em 31 de outubro de 2009, a Tecnoformas foi incorporada pela Interprint.

f) Incard do Brasil Ltda.

O investimento na Incard, detido pela Companhia através da sua subsidiária Interprint, refere-se a uma joint venture com a Incard S.A., cuja matriz localiza-se na Suíça, sendo esta empresa a responsável pelo fornecimento dos chips para a produção de smart cards e produtos correlatos.

Em 27 de março de 2013, a controlada Interprint resolveu denunciar o Joint Venture Agreement, firmado em 3 de abril de 2002 com a empresa Incard S.A., pelo fato do mesmo não vir alcançando os propósitos nele estabelecidos. Atualmente as operações da Incard estão temporariamente suspensas e a Companhia, em conjunto com o outro acionista da Incard, estão definindo as próximas ações a serem tomadas. Considerando que a Incard está ativa e em condições de retomada de suas operações, à luz do que dispõe o pronunciamento técnico CPC 31, equivalente ao IFRS 5, seu investimento não deve ser considerado como uma operação descontinuada em 31 de março de 2014.

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi identificada e constituída uma provisão para perda no investimento detido da Incard no montante de R\$1.022. Não houve necessidade de constituição de provisão adicional para 31 de março de 2014.

g) Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A.

Em 2 de agosto de 2010 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aquisição de 30% das ações da Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multidisplay”) e sua subsidiária M4 Produtos e Serviços S.A. pelo valor de R\$15.332 pagos em dinheiro, sendo apurado um ágio no valor total de R\$13.955.

Em 1º de setembro de 2013, foi pago a título de *earn-out*, após terem sido atingidas as metas pactuadas no contrato de compra e venda, o montante de R\$ 19.488, o qual foi registrado na rubrica de “Outras despesas operacionais” na demonstração do resultado.

A Multidisplay possui o know-how e expertise no desenvolvimento de serviços e produtos de mobilidade, visando a ampliação do seu portfólio de serviços para SIM Cards.

h) Valid Soluciones Tecnológicas S.A.

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 5 de fevereiro de 2010, aprovou a aquisição de 100% do capital social da Valid Soluciones Tecnológicas S.A. cuja razão

Notas Explicativas

social anterior era Microelectronica Española S.A.U., empresa com sede em Madrid, Espanha. A Valid Espanha atua na fabricação, desenvolvimento e vendas de cartões inteligentes (Simcards) para operadoras de telefonia celular. A aquisição foi realizada em dinheiro, pelo montante total de R\$38.852, sendo apurado um ágio no valor total de R\$31.414 relativo a rentabilidade futura com base em laudo de avaliação efetuado por empresa especializada.

i) **Valid Certificadora Digital Ltda.**

A Valid Certificadora Digital Ltda. (“Certificadora”) foi constituída em 20 de junho de 2011, conforme contrato social, e passou a operar em setembro de 2011 com o objetivo principal de emitir certificados digitais tais como e-CPF, e-CNPJ e NF-e. A Interprint possui 100% de seu capital social que totaliza R\$20.000 após aumento de capital de R\$5.000 realizado em 8 de março de 2012.

A Controladora Valid S.A., concedeu carta de fiança em nome da sua controlada Valid Certificadora no montante de R\$ 20.000, a fim de garantir a execução contratual referente às obrigações dos critérios e procedimentos para credenciamento das entidades integrantes da ICP-Brasil.

j) **Valid USA, Inc.**

A Valid USA, Inc. (“Valid USA”) foi constituída em 15 de abril de 2012 na Pennsylvania, Estados Unidos, conforme contrato social. A Valid Espanha possui 100% de seu capital social. Em 6 de novembro de 2012, a Valid USA obteve a aprovação pelo Tribunal de Falência dos Estados Unidos (Distrito Norte de Illinois) do seu acordo para a aquisição de substancialmente todos os ativos operacionais da Vmark, Inc., empresa sediada em Illinois, Estados Unidos da América, e algumas de suas afiliadas, sendo elas: Versatile Card Technology (VCT), Qualteq, Inc.(d/b/a VCT – New Jersey, Inc.), Creative Automation (CAC), Unique Mailing Services (UMS), Global Card Services (GCS), unique Embossing Services (UES), Automated Presort (API), Fulfillment Excellence (FXI), Unique Data Services (USD) e Veluchamy, LLC (em conjunto “Vmark”). O valor da aquisição foi de US\$ 49.452 mil (R\$ 104.216 na data da aquisição).

k) **Valid Secure Solutions LLC.**

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 25 de maio de 2012, aprovou a aquisição de 100% do capital social da PPI Secure Solutions LLC (“PPI”), empresa com sede na Pennsylvania, Estados Unidos. Em setembro de 2012 a empresa teve sua razão social alterada para Valid Secure Solutions, LLC (“Valid Solutions”). A Valid Solutions atua na área de atendimento a contingências na área de meios de pagamento (“disaster recovery”). A aquisição foi realizada através da Valid USA em dinheiro, pelo montante total de R\$ 2.548, sendo apurado um ganho na compra vantajosa no valor total de R\$ 965, reconhecido como receita na rubrica “Outras receitas operacionais” na demonstração do resultado.

l) **ScreenCheck North America, LLC.**

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 16 de agosto de 2013, aprovou a aquisição, através de sua subsidiária Valid USA, de 100% do capital social da sociedade limitada ScreenCheck North America, LLC (“ScreenCheck”), empresa com

Notas Explicativas

sede em Indiana, Estados Unidos. A ScreenCheck é fornecedora de soluções para o mercado de sistemas de identificação americano e possui o workflow de acordo com as regras do AAMV e adaptável a diferentes projetos que envolvam a área de identificação. O preço de compra foi de US\$ 7.576 mil (equivalente a R\$ 17.262 na data da aquisição), tendo sido US\$ 4.662 mil (equivalente a R\$ 10.621 na data da aquisição) pagos a vista, somados a uma contraprestação contingente, calculada com base em uma estrutura de *earn-out*, cujo valor justo na data da aquisição é de US\$ 2.914 mil (equivalente a R\$ 6.641 na data da aquisição), classificado no passivo na rubrica “contas a pagar – aquisição de empresas”, sendo o pagamento condicionado ao atingimento de metas pactuadas no contrato de aquisição. O valor da contraprestação contingente é indexado ao Dólar e, em 31 de março de 2014 é de R\$ 6.594. O ágio reconhecido nesta aquisição foi de R\$ 8.968.

Intangível

A movimentação dos saldos de intangível para o exercício findo em 31 de março de 2014 está demonstrada como segue:

Intangível	Controladora				Saldo em 31/03/2014	
	Saldo em 31/12/2013	Adições (baixas)	Amortização	Transferências		
Vida útil definida						
Software	11.420	1.279	(911)	-	11.788	
Total	11.420	1.279	(911)	-	11.788	
Intangível	Consolidado					
	Saldos em 31/12/2013	Adições (baixas)	Amortização	Variação Cambial	Transferências	Saldos em 31/03/2014
Vida útil definida						
Software	16.500	1.873	(1.162)	(130)	-	17.081
Marcas e patentes	1.759	-	-	-	-	1.759
Vida útil indefinida						
Licença certificação digital	500	-	-	-	-	500
Interprint (Unicert Brasil)	85.962	-	-	-	-	85.962
Valid Espanha	39.696	-	-	(1.341)	-	38.355
Multidisplay	13.955	-	-	-	-	13.955
Praven (*)	6.731	-	-	-	-	6.731
Tecnoformas (*)	11.099	-	-	-	-	11.099
Valid Argentina	5.620	-	-	(1.202)	-	4.418
Trust	3.649	-	-	-	-	3.649
Vmark	459	-	-	(15)	-	444
ScreenCheck	9.220	-	-	(313)	-	8.907
Total	195.150	1.873	(1.162)	(3.001)	-	192.860

(*) Os saldos se referem às subsidiárias da Interprint, os quais correspondem aos ágios apurados anteriormente à aquisição da Interprint pela Companhia.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são representados por direitos de utilização de software, sendo amortizados linearmente à taxa de 20% ao ano com base na vida útil estimada ou prazo de licença.

Notas Explicativas

11. Imobilizado

Controladora											
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Leasing ¹	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Benefícios em imóveis de terceiros	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Taxa anual de depreciação	-	4%	9,6%	16,7%	10,1%	20%	20%	-	-	-	-
Custo											
Saldos em 31/12/2013	3.732	78.101	180.674	25.863	11.795	2.637	102.735	10.490	6.577	2.201	424.805
Adições	-	-	2.804	9.346	915	57	9.195	-	2.047	10.106	34.470
Baixas	-	-	(38)	-	-	-	(51)	-	-	(5.206)	(5.295)
Saldos em 31/03/2014	3.732	78.101	183.440	35.209	12.710	2.694	111.879	10.490	8.624	7.101	453.980
Depreciação											
Saldos em 31/12/2013	-	(23.406)	(102.505)	(3.047)	(6.842)	(861)	(83.586)	(5.776)	-	-	(226.023)
Adições	-	(739)	(2.516)	(1.142)	(204)	(131)	(2.291)	(51)	-	-	(7.074)
Baixas	-	-	-	-	-	-	51	-	-	-	51
Saldos em 31/03/2014	-	(24.145)	(105.021)	(4.189)	(7.046)	(992)	(85.826)	(5.827)	-	-	(233.046)
Valor residual líquido em 31/12/2013											
	3.732	54.695	78.169	22.816	4.953	1.776	19.149	4.714	6.577	2.201	198.782
em 31/03/2014	3.732	53.956	78.419	31.020	5.664	1.702	26.053	4.663	8.624	7.101	220.934

¹ Leasing de máquinas e equipamentos de processamento de dados.

Consolidado											
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Leasing ¹	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Benefícios em imóveis de terceiros	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Taxa anual de depreciação	-	4%	9,6%	16,7%	10,1%	20%	20%	-	-	-	-
Custo											
Saldos em 31/12/2013	7.684	114.580	362.719	25.863	17.242	3.896	151.369	14.028	9.285	8.074	714.740
Adições	-	1	3.030	9.346	939	57	9.831	372	12.714	10.121	46.411
Baixas	-	-	(2.475)	-	(40)	-	(56)	-	(485)	(5.206)	(8.262)
Ajuste cambial	(118)	(267)	(4.214)	-	(131)	(91)	(828)	(373)	(542)	-	(6.564)
Transferências	-	-	-	-	-	-	14	-	5.845	(5.859)	-
Reversão de provisão para obsolescência	-	-	610	-	-	-	-	-	-	-	610
Saldos em 31/03/2014	7.566	114.314	359.670	35.209	18.010	3.862	160.330	14.027	26.817	7.130	746.935
Depreciação											
Saldos em 31/12/2013	-	(42.281)	(199.898)	(3.047)	(9.531)	(1.421)	(114.592)	(6.957)	-	-	(377.727)
Adições	-	(1.101)	(6.164)	(1.142)	(324)	(220)	(3.626)	(139)	-	-	(12.716)
Baixas	-	-	541	-	13	-	53	-	-	-	607
Ajuste cambial	-	66	2.196	-	60	39	506	233	-	-	3.100
Saldos em 31/03/2014	-	(43.316)	(203.325)	(4.189)	(9.782)	(1.602)	(117.659)	(6.863)	-	-	(386.736)
Valor residual líquido em 31/12/2013											
	7.684	72.299	162.821	22.816	7.711	2.475	36.777	7.071	9.285	8.074	337.013
em 31/03/2014	7.566	70.998	156.345	31.020	8.228	2.260	42.671	7.164	26.817	7.130	360.199

¹ Leasing de máquinas e equipamentos de processamento de dados.

Para um conjunto de ativos de mesma classificação, com uma faixa de vida útil muito extensa, a vida útil apresentada reflete a média ponderada destes ativos.

Em 31 de março de 2014, a Companhia possuía determinadas máquinas e equipamentos que estavam vinculadas a garantias de ações trabalhistas, no valor de custo aproximado de R\$3.895 (R\$ 3.895 em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas**12. Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar**

As principais informações dos empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar pela Companhia e suas controladas podem ser resumidas da seguinte forma:

Descrição	Empréstimos(a)	Financiamentos(b)	Leasing a Pagar(c)	Leasing a Pagar(c)
Tomador	Valid USA	Valid Certificadora	Valid S.A.	Valid S.A.
Valor total	US\$ 52.500 mil	R\$ 29.875	R\$ 25.863	R\$ 9.346
Data de Vencimento	Nov/18	Setembro/18	Novembro/2018	Fevereiro/2016
Remuneração	2,64% a.a.	TJLP + 1,5% a.a	10,85% a.a.	IPC – Fipe
Garantia	-	Fiança Bancária	Equipamentos	Equipamentos
Amortização do principal	Semestrais (a partir de Nov/14)	Trimestrais (a partir de Out/14)	Mensais	Mensais
Pagamento de juros	Semestrais (a partir de Maio/13)	Trimestrais	Mensais	Mensais

Debêntures (d)	4ª emissão-30/04/2013
Aprovação da oferta pública	Reunião do Conselho de Administração em 25/02/2013
Quantidade	25.000 debêntures simples não conversíveis em ações
Valor nominal unitário	R\$ 10.000
Valor total	R\$ 250.000.000
Espécie e série	Espécie quirografária de série única
Data de Vencimento	30 de abril de 2018
Remuneração	Taxa média DI + spread (de 0,71% a.a.)
Garantia	Sem garantia real
Amortização do principal	4 parcelas anuais a partir do 2º ano
Pagamento de juros	Semestral, a partir da data de emissão
“Rating” da emissão pela Moody’s	Aa3 br (Escala Nacional Brasileira – NSR)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Debêntures 4ª emissão	260.668	254.222	260.668	254.222
Leasing	29.776	20.057	29.776	20.057
Financiamento	-	-	26.565	21.556
Empréstimo Valid USA	-	-	113.587	116.142
Conta garantida Valid Argentina	-	-	90	115
Total	290.444	274.279	430.686	412.092
Circulante	15.341	4.222	32.689	18.928
Não Circulante	275.103	270.057	397.997	393.164
Total	290.444	274.279	430.686	412.092

Descrição das principais captações e pagamentos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos:

a) Empréstimos

Em 26 de novembro de 2012, através da subsidiária Valid USA, o Grupo captou o empréstimo junto ao Deutsche Bank S.A. para aquisição dos ativos da empresa Vmark, localizada nos Estados Unidos da América.

A Companhia em relação a esse empréstimo apresentava uma aplicação financeira – caixa restrito, na qual era dado em garantia. A liberação desta aplicação estava condicionada às amortizações do empréstimo adquirido pela Valid USA.

Em 31 de julho de 2013 a Valid S.A e sua controlada Valid USA, assinaram o aditamento ao contrato de empréstimo e garantias celebrado junto ao Deutsche Bank S.A. liberando em 5 de agosto de 2013, o numerário dado em garantia que estava alocado anteriormente no grupo de aplicações financeiras – caixa restrito, sendo R\$ 102.265 referente ao principal aplicado e R\$ 5.056 referente a rendimentos auferidos e liquidando os contratos de Swap

Notas Explicativas

cambial cuja liberação gerou uma entrada de caixa na Valid S.A. no total de R\$ 5.320, líquidos de imposto de renda.

Como contrapartida as liberações, a controlada Valid USA incorporou à dívida com o Deutsch Bank S.A. na mesma data, uma taxa de ajuste de risco de empréstimo no montante total de USD 3.500 aumentando o valor do principal de USD 49.000 para USD 52.500, mantendo porém, o cronograma de pagamentos e efetuando um ajuste na taxa efetiva do contrato, sendo o mesmo amortizado pelo prazo contratual.

Em 31 de março de 2014, os saldos dos empréstimos registrados no Grupo estão assim resumidos:

Empréstimos	Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013
Principal	112.523	115.854
Juros	1.064	288
Total	113.587	116.142
Total circulante	13.881	13.191
Total não circulante	99.706	102.951
Total	113.587	116.142

b) Financiamentos

Em 11 de setembro de 2012, através da subsidiária indireta Valid Certificadora, o Grupo captou o financiamento junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social (“BNDES”) para desenvolvimento da infraestrutura tecnológica e operacional. O valor da linha de crédito contratada é de R\$ 29.875, tendo sido liberado o montante de R\$ 26.500 até 31 de março de 2014.

Até 31 de março de 2014 foram pagos juros remuneratórios no valor total de R\$ 393 referentes a este financiamento.

Em 31 de março de 2014, os saldos dos financiamentos registrados no grupo estão assim resumidos:

Financiamentos	Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013
Principal	26.500	21.500
Juros	65	56
Total	26.565	21.556
Total circulante	3.377	1.400
Total não circulante	23.188	20.156
Total	26.565	21.556

c) Leasing a pagar

A Companhia possui arrendamento de alguns equipamentos de impressão utilizados na fabricação ou prestação dos serviços, classificados como arrendamentos financeiros. O prazo médio desses arrendamentos é de 6 anos. A Companhia possui opção de compra dos bens pelo valor descontado dos valores mensais pagos até o término do prazo de arrendamento. As obrigações do Grupo assumidas por meio de arrendamentos financeiros

Notas Explicativas

estão garantidas pelo título do arrendador dos ativos arrendados.

As taxas de juros para todas as obrigações assumidas, por meio de arrendamentos financeiros, são estimadas em cada ano e em 2014 foi calculada a 10,85% ao ano com base nas taxas de mercado.

Adicionalmente, conforme previsto em contrato a Companhia realizou adiantamentos de parcelas no montante de R\$ 20.451 o qual passou a ser descontado desde janeiro de 2014 e continuará sendo descontado nas prestações futuras, estando as mesmas atreladas ao dólar, sendo parte destas prestações referente ao pagamento da máquina e parte referente à operação da máquina. A parcela do adiantamento referente à aquisição da máquina está apresentada líquida na rubrica de “Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar” e a parcela referente à operação da máquina na rubrica “Outras contas a receber”. Em 31 de março de 2014 o saldo do adiantamento é de R\$ 17.619, sendo R\$ 5.180 na rubrica de “Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar” e R\$ 12.439 na rubrica “Outras contas a receber”.

A Companhia firmou contrato classificado como leasing financeiro no montante de pagamentos mínimos de R\$ 9.346 com vigência de 24 meses a partir de março de 2014 referente a equipamentos de processamento de dados onde os bens são revertidos sem custo, ao final do contrato, ao arrendatário.

Abaixo demonstraremos os pagamentos mínimos futuros a pagar, líquidos dos adiantamentos sobre os arrendamentos financeiros em 31 de março de 2014.

	Controladora e Consolidado			Total
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Pagamento mínimo de leasing	8.947	26.009	-	34.956
Adiantamento	(4.274)	(906)	-	(5.180)
Total de pagamentos líquidos	-	25.103	-	29.776

d) Debêntures

Em 31 de março de 2014 os saldos a pagar das debêntures bem como seus respectivos juros calculados com base nas condições definidas contratualmente, estão demonstrados como segue:

Debêntures	Controladora e consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013
Circulante		
Juros – 4ª emissão	10.668	4.222
	10.668	4.222
Não circulante		
Principal – 4ª emissão	250.000	250.000
	250.000	250.000
Total	260.668	254.222

As debêntures preveem a manutenção de determinados *covenants*, na qual a Companhia cumpriu adequadamente as cláusulas contratuais, na data-base de 31 de março de 2014.

Notas Explicativas

Adicionalmente divulgamos abaixo o cronograma de vencimento dos empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar:

	Controladora	Consolidado
2014	13.266	30.616
2015	72.991	107.460
2016	69.487	104.593
2017	68.319	104.059
2018	66.381	83.958
Total	290.444	430.686

13. Operações de arrendamento operacional

a) Contratos de arrendamento

Os contratos de arrendamento de máquinas e equipamentos e de imóveis classificados como arrendamentos operacionais têm prazos de duração entre três e dez anos. Os contratos válidos por mais de cinco anos contêm cláusulas de revisão do valor de mercado do aluguel a cada cinco anos. O Grupo não tem a opção de adquirir os bens arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento.

b) Pagamentos reconhecidos no resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Pagamentos de arrendamento	2.741	1.700	2.741	1.700

c) Compromisso de arrendamento operacional não cancelável

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Até um ano	7.568	7.592	7.568	7.592
De um a cinco anos	5.994	7.172	5.994	7.172

A Companhia não possui passivos reconhecidos em relação a contratos onerosos de arrendamento operacional.

14. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
IR a recolher	1.134	1.123	14.885	10.758
CSLL a recolher	-	-	608	648
ICMS a recolher	252	141	369	143
IPI a recolher	-	-	80	96
ISS a recolher	1.581	1.511	1.956	1.831
COFINS a recolher	2.365	2.061	3.020	2.805
PIS a recolher	514	447	655	609
Outros	81	151	115	183
Total	5.927	5.434	21.688	17.073

Notas Explicativas**15. Provisões**

A Companhia e suas controladas são parte integrantes em processos judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e outros, surgidos no curso normal dos seus negócios e estão discutindo essas questões, tanto na esfera administrativa quanto judicial, as quais são amparadas por depósitos judiciais, quando aplicáveis. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos.

Em 31 de março de 2014, a provisão registrada em relação àquelas causas consideradas como perdas prováveis, apresenta a seguinte composição e movimentação:

	Controladora			Saldos em 31/03/2014
	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	
Trabalhistas	7.728	460	(281)	7.907
Tributárias	8	-	(8)	-
Cíveis, comerciais e outros	1.302	140	(7)	1.435
Total	9.038	600	(296)	9.342

	Consolidado			Saldos em 31/03/2014
	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	
Trabalhistas	11.353	738	(721)	11.370
Tributárias	8	-	(8)	-
Cíveis, comerciais e outros	1.321	141	(7)	1.455
Total	12.682	879	(736)	12.825

a) Provisões

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda provável e, portanto, reconhecidas as respectivas provisões nas informações trimestrais estão resumidas abaixo:

- **Cíveis:** Principalmente discussões sobre questões contratuais diversas onde podemos destacar como mais relevante o processo da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo – EMTU/SP no montante aproximado de R\$ 860.
- **Trabalhistas:** Envolve um número pulverizado de reclamações trabalhistas, a maioria relativos a horas extraordinárias, reconhecimento de vínculo empregatício, insalubridade, periculosidade, equiparação salarial e benefícios relacionados ao FGTS e INSS. As reclamações mais relevantes dizem respeito a equiparação salarial no valor agregado de aproximadamente R\$ 2.324 e a pagamento de benefícios diversos no valor agregado de aproximadamente R\$ 2.157.
- **Tributárias:** Envolvem cumprimento de obrigações fiscais relativas a órgãos Federais não havendo nenhum montante relevante individualmente.

Notas Explicativas

b) Causas com probabilidade de perda possível

A Companhia discute na esfera judicial, ações para as quais existe a expectativa de perda possível e entende que para estas não há necessidade de reconhecimento de provisão correspondente, visto que existe embasamento jurídico para o posicionamento da Companhia. Estas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	Controladora	
	31/03/2014	31/12/2013
Trabalhistas	20.627	19.073
Tributários	70.213	67.286
Cíveis, comerciais e outros	28.898	26.988
Total	119.738	113.347

	Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013
Trabalhistas	22.729	20.220
Tributários	98.798	95.540
Cíveis, comerciais e outros	48.884	45.572
Total	170.411	161.332

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

- **Processos tributários:**

i) Impostos sobre Produtos Industrializados (“IPI”)

A Companhia possui autos de infração lavrados por autoridades fiscais devido ao suposto enquadramento equivocado de classificação de bens na tabela de IPI gerando débito de imposto e glosa de créditos relativos ao mesmo e em razão do não recolhimento do creditamento do imposto realizado pela Companhia e posterior utilização para compensação com débitos do mesmo imposto.

Em relação aos autos de infração supostamente devidos ao enquadramento equivocado de classificações de bens na tabela de IPI e em relação ao não recolhimento do creditamento do imposto, a Administração da Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, que consideram a perda como possível, espera o mesmo resultado e, como consequência, não foram constituídas provisões para estes. O valor atualizado destes processos montam aproximadamente R\$ 32.092 e R\$ 14.126 respectivamente.

ii) Auto de infração – Arquivos eletrônicos fiscais

A Fazenda do Estado de São Paulo lavrou contra a controladora auto de infração, no montante atualizado de R\$ 7.125, referente a multa por supostos erros de preenchimento de arquivos eletrônicos fiscais.

A Administração da Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, que consideram a perda como possível, espera o mesmo resultado e, como consequência, não foram constituídas provisões para estes processos.

Notas Explicativas

iii) Execução fiscal ICMS – São Paulo

A Fazenda do Estado de São Paulo lavrou contra a controlada Interprint auto de infração no montante atualizado de aproximadamente R\$ 3.163, referente a cobrança de suposto débito de ICMS relativo a diferenças de recolhimento deste imposto por divergência de base de cálculo, relativo a venda de cartões indutivos.

A Administração da Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, que consideram a perda como possível, espera o mesmo resultado e, como consequência, não foram constituídas provisões para estes processos

iv) INSS

O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS está cobrando crédito tributário da controladora no montante atualizado de R\$ 8.318.

A Administração da Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, que consideram a perda como possível, espera o mesmo resultado e, como consequência, não foram constituídas provisões para este processo.

• Processos cíveis, comerciais e outros:

- i) Ação cível ajuizada contra a controladora, cujo autor é o ex-representante comercial da controladora, que busca indenização em virtude de rescisão contratual e pagamento de comissões. O valor atualizado da ação atribuído pelo ex-representante é de R\$ 20.182.
- ii) Ação cível ajuizada contra a controladora requerendo nulidade de contrato celebrado com cliente relacionado ao segmento de telecomunicações, o valor atualizado da ação atribuído pela devolução dos montantes recebidos é de R\$ 6.982.
- iii) Ação cível ajuizada contra a controlada Interprint, requerendo averiguações e ressarcimento em contrato celebrado com cliente relacionado ao segmento de identificação, o valor atualizado da ação atribuído pela devolução dos montantes recebidos é de R\$ 19.176.

A Administração da Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, que consideram a perda como possível, espera o mesmo resultado e, como consequência, não foram constituídas provisões para estes processos.

• Processos trabalhistas:

A Companhia possui diversos processos pulverizados de reclamações trabalhistas, a maioria relativos a horas extraordinárias, reconhecimento de vínculo empregatício, insalubridade, periculosidade, equiparação salarial e benefícios relacionados ao FGTS e INSS. A reclamação possível de maior representatividade refere-se a um processo movido por um ex-representante comercial que efetua o pedido de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento dos benefícios e direitos trabalhistas no montante de R\$ 13.242.

A Administração da Companhia, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, que consideram a perda como possível, não constituiu provisões para estes processos.

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de cartas de fiança bancária dadas em garantia para garantir compromissos em processos judiciais. O valor atualizado de fianças contratadas em 31 de março de 2014 corresponde a R\$ 19.721 na controladora e R\$ 24.321 no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos possuem taxas contratadas de 1,8% a 6,0% a.a..

16. Transações com partes relacionadas

	Controladora	
	31/03/2014	31/12/2013
Ativo	36.864	31.510
Circulante		
Contas a receber	33	14
Interprint	32	8
Trust	1	-
Valid Argentina	-	6
Outras contas a receber	-	1.948
Valid Argentina - mútuo	-	1.948
Não Circulante		
Outras contas a receber	36.831	29.548
Valid Argentina - mútuo	1.899	-
Valid Espanha - mútuo	34.932	29.548
Passivo	(1.450)	(36)
Circulante		
Fornecedores	(1.450)	(36)
Interprint	(12)	-
Valid Certificadora	(6)	(2)
Trust	(5)	(34)
Valid USA	(1.427)	-
	Controladora	
	31/03/2014	31/03/2013
Demonstração dos resultados		
Receita Líquida	2.908	940
Interprint	230	31
Trust	71	-
Valid Argentina	2.607	-
Valid Espanha	-	909
Custo das mercadorias e serviços	2.908	940
Interprint	230	31
Trust	71	-
Valid Argentina	2.607	-
Valid Espanha	-	909
Receita financeira	2.013	-
Valid Argentina	133	-
Valid Espanha	1.880	-
Despesa financeira	2.270	-
Valid Argentina	182	-
Valid Espanha	2.088	-

A controlada Interprint compra alguns insumos diretamente da Valid. A produção é feita de acordo com as necessidades da empresa, não existindo contrato firmado de produção mínima.

Notas Explicativas

Em 6 de julho de 2011, a controlada Valid Argentina firmou contrato de mútuo com a Valid no montante de até US\$ 2.000 mil. A Valid Argentina (mutuária) se comprometeu a restituir a Valid (mutuante) a quantia mutuada, acrescida de juros remuneratórios de 5% ao ano (e variação cambial), os quais incidirão da data de cada transferência até a data do efetivo pagamento do débito. Em julho de 2013 foi capitalizado parte do montante mutuado no valor de US\$ 711 mil (R\$ 1.583 na data da capitalização).

Em 26 de setembro de 2012, a controlada Valid Espanha firmou contrato de mútuo com a Valid no montante de até US\$ 5.000 mil, contrato este que foi aditado em 21 de maio de 2013 aumentando este montante para até US\$ 10.000 mil e novamente aditado em 8 de agosto aumentando este montante para até US\$ 20.000 mil. A Valid Espanha (mutuária) se compromete a restituir a Valid (mutuante) a quantia mutuada, acrescida de juros remuneratórios mensais equivalentes a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia para os títulos federais – SELIC, os quais incidirão da data de cada transferência até a data do efetivo pagamento do débito. Até 31 de março de 2014 já havia sido remetido o montante total de R\$ 34.932.

Em 31 de dezembro de 2013, Valid Espanha possui com a Valid Argentina, em seu ativo, contas a receber no montante de R\$ 2.027. Tendo em vista que se trata de transações entre controladas da Companhia, as mesmas não tem efeito na controladora e no consolidado.

Em 31 de dezembro de 2013 a coligada indireta Multidisplay registrou dividendos a pagar à controlada Interprint no montante de R\$ 749 e juros sobre capital próprio a pagar no montante de R\$ 439 totalizando assim, um saldo passivo da Multidisplay com a Interprint de R\$ 1.188.

As transações com os Administradores estão divulgadas na Nota 21.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2014 (31 de dezembro de 2013) o capital subscrito da Companhia era de R\$ 360.000, dividido em 55.750.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 100.000.000 de ações ordinárias, incluídas as ações ordinárias já emitidas.

b) Reserva de capital

Opções de outorgas reconhecidas

Em função do programa de opção de compra de ações finalizado em 2012, a Companhia possui constituída reserva de capital para as opções de ações outorgadas no montante de R\$ 6.111. Conforme diretrizes do CPC 10(R1) - Pagamento Baseado em Ações (“CPC 10”), o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e foi totalmente reconhecido pelo período de aquisição do direito (*vesting period*).

Notas Explicativas

Ganho na venda de ações em tesouraria

A Companhia no exercício de 2013 realizou o pagamento de parte da remuneração de administradores com as ações em tesouraria e obteve um ganho de R\$1.232, classificado como reserva de capital, no patrimônio líquido.

c) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída mediante a apropriação ao final do exercício de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

Reserva para investimento

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

A reserva para investimento é constituída com base nos lucros remanescentes após as destinações para reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios e submetida para aprovação em Assembléia Geral Ordinária. A Companhia submeteu e aprovou, em 24 de abril de 2014, o valor de R\$ 22.371 e o montante desta reserva passou a ser de R\$ 124.259.

d) Dividendos e juros sobre capital próprio

A Administração da Companhia aprovou em reunião do Conselho de Administração de 21 de janeiro de 2014 o pagamento de Juros sobre Capital Próprio, no montante bruto de R\$ 5.887, equivalente ao valor bruto de R\$ 0,105882353 (em Reais) por ação os quais foram pagos em 31 de janeiro de 2014.

A Administração propôs como parte do encerramento das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a destinação adicional de R\$ 7.952 como dividendos do exercício de 2013, na forma prevista no Estatuto Social da Companhia a qual foi aprovada em 24 de abril de 2014 em Assembleia Geral Ordinária.

Os juros sobre capital próprio são calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (“TJLP”) nos termos da Lei nº 9.249/95, sendo contabilizados em despesas financeiras conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, os juros sobre capital próprio são revertidos de despesas financeiras e apresentados como redução de lucros acumulados no patrimônio líquido. Os juros sobre capital próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95.

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos (“ICPC 08”), os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo no período a eles relacionado, independentemente de

Notas Explicativas

quando são declarados, e os dividendos excedentes destinados em linha especial na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

e) Ações em tesouraria

Desde janeiro de 2008, a Companhia tem aprovado, através de seu Conselho de Administração, programas de recompra de ações ordinárias de emissão da própria Companhia para permanência em tesouraria, para posterior alienação e/ou para fazer frente às obrigações decorrentes dos programas de opção de compra de ações. Considerando que tais quantidades de ações sempre estão abaixo do limite máximo, o Conselho de Administração pode rever a qualquer tempo a quantidade ora autorizada, complementando o limite legal permitido de 10% do total de ações em circulação. Estas ações serão adquiridas com recursos do caixa da Companhia.

A evolução dos programas de recompra pode ser demonstrada como segue:

Data da aprovação	Quantidade máxima a ser adquirida	% das ações em circulação	Data do término
04/01/2008	2.000.000 ações	6,04%	02/01/2009
30/12/2008	1.537.900 ações	4,50%	29/12/2009
19/05/2010	1.000.000 ações	1,94%	19/05/2011
02/06/2011	1.133.000 ações	2,00%	01/06/2012
20/08/2013	2.000.000 ações	3,60%	19/08/2014

Em 31 de março de 2014, a Companhia mantém 153.734 ações ordinárias em tesouraria (153.734 ações em 31 de dezembro de 2013), cujo custo médio ponderado de aquisição, assim como custo mínimo e custo máximo, estão demonstrados a seguir:

Tipo	Preço (em reais)		
	Mínimo	Máximo	Médio ponderado
Ação ordinária	16,10	20,79	18,97

Baseado na última cotação de mercado disponível em 31 de março de 2014, o valor das ações em tesouraria é de R\$ 5.387, cujo custo médio ponderado, assim como custo mínimo e custo máximo do exercício, estão demonstrados a seguir:

Tipo	Preço (em reais)			
	Mínimo	Máximo	Médio ponderado	Última cotação
Ação ordinária	38,10	44,95	41,53	35,04

f) Outros resultados abrangentes - ajuste acumulado de conversão

Em conformidade com o disposto pela Deliberação CVM nº 640, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras ("CPC 02"), que determina que os ajustes das variações cambiais de investimentos no exterior sejam reconhecidos no patrimônio líquido da Controladora, a Companhia constituiu a rubrica de ajuste acumulado de conversão, decorrente da conversão das demonstrações financeiras de suas controladas no exterior, Valid Argentina, Valid Espanha, Valid

Notas Explicativas

USA, Valid Solutions e ScreenCheck e da conversão do ágio. Em 31 de março de 2014, o saldo desta rubrica era credor de R\$ 6.263 (credor de R\$ 13.039 em 31 de dezembro de 2013).

18. Resultado por ação

Em atendimento à Deliberação CVM nº 636, de 6 de agosto de 2010, que aprovou o CPC 41 - Resultado por Ação (“CPC 41”), a Companhia apresenta abaixo os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do básico e diluído por ação para os períodos findos em 31 de março de 2014 e de 2013.

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Lucro líquido atribuível a detentores de ações ordinárias da controladora	23.428	26.366
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias para o resultado por ação	55.596	55.525
Resultado por ação – resultado básico e diluído por ação (em Reais)	<u>0,4214</u>	<u>0,4748</u>

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período. Em 31 de março de 2014 e de 2013, o resultado básico e diluído por ação da Companhia são equivalentes.

A média ponderada da quantidade de ações ordinárias utilizadas no cálculo corresponde a quantidade de ações em circulação.

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações trimestrais.

19. Informações por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócios, com base nos produtos e serviços, com quatro segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações:

a) Meios de pagamento

O segmento de meios de pagamento é composto principalmente por cartões que são usados diariamente em uma ampla gama de aplicações, como pagamentos, identificação, personalização e armazenamento, recuperação e transmissão segura de dados e “gift cards”. Eles estão presentes em setores que vão de planos de saúde a serviços públicos online, sendo utilizados com maior frequência no setor de serviços financeiros. Adicionalmente, este segmento também possui em sua composição documentos de segurança, cujos principais produtos são talões de cheque, vouchers, tickets e ingressos.

b) Sistema de identificação

O segmento de identificação oferece soluções físicas e eletrônicas, como: captação, armazenamento e administração de dados, impressos de segurança, reconhecimento e impressão digital que atendem a essa demanda. Todas essas tecnologias realizam uma referência cruzada entre um banco de dados e os dados contidos no documento ou mídia portátil, como papel, plástico ou até mesmo meio de comunicação eletrônico para verificar sua autenticidade ou status. Os principais sistemas de identificação são

Notas Explicativas

carteiras de identidade, carteiras de habilitação e selos para documentos notariais.

c) Telecomunicações

O segmento de telecomunicações oferece desde soluções simples como as “raspadinhas”, muito utilizadas em celulares pré-pago até cartões inteligentes com tecnologia de ponta. É composto, principalmente, por cartões inteligentes GSM utilizados em telefonia móvel, cartões indutivos utilizados em telefones públicos e soluções de pagamentos móveis tais como bilhetes de transporte público e micro pagamentos.

d) Certificação digital

O segmento de certificação digital oferece produtos, serviços, consultoria e tecnologia para emissão, aplicação e uso de certificados digitais globais, privados e qualificados pelo governo brasileiro, tais como e-CPF, e-CNPJ, NF-e, CT-e, SSL, credenciais essenciais às atividades profissionais de pessoas físicas e jurídicas em transações eletrônicas, aferindo a elas, autenticidade, integridade, privacidade e validade jurídica. Complementamos o nosso portfólio com serviços de credenciamento e operação de Autoridades Certificadoras e de Registro, bem como tecnologia para assinatura digital, criptografia, carimbo do tempo, certificados de atributos e serviços de comunicação com armazenamento e controle de evidências digitais.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado principalmente com base no EBITDA e lucro operacional.

Os preços de transferência entre segmentos operacionais são determinados com isenção de interesses, de forma semelhante às transações realizadas com terceiros.

Notas Explicativas

As principais informações sobre lucro, ativos e passivos por segmento de negócio podem ser resumidas a seguir:

<u>31/03/2014</u>	<u>Meios de pagamento</u>	<u>Identificação</u>	<u>Telecom</u>	<u>Certificação digital</u>	<u>Ajustes e eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
Receitas						
Clientes	165.709	88.543	39.224	6.669	-	300.145
Intersegmento	81	80	2.747	-	(2.908)	-
Total das receitas	165.790	88.623	41.971	6.669	(2.908)	300.145
Custos e despesas	(160.421)	(58.517)	(37.382)	(5.693)	2.908	(259.105)
Outras despesas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	(626)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	1.333	-	-	1.333
Despesas financeiras, líquidas	-	-	-	-	-	(10.267)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	-	-	-	-	(8.052)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	23.428
31/03/2014						
Ativos operacionais	369.925	164.848	143.027	22.844	(33)	700.611
Clientes (circulante)	92.186	64.090	59.264	7.324	(33)	222.831
Estoques	76.898	7.885	30.064	2.734	-	117.581
Imobilizado	200.841	92.873	53.699	12.786	-	360.199
Passivos operacionais	36.773	11.184	19.979	816	(33)	68.719
Fornecedores (circulante)	36.773	11.184	19.979	816	(33)	68.719
<u>31/03/2013</u>	<u>Meios de pagamento</u>	<u>Identificação</u>	<u>Telecom</u>	<u>Certificação digital</u>	<u>Ajustes e eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
Receitas						
Clientes	140.792	79.827	42.832	3.824	-	267.275
Intersegmento	-	31	909	-	(940)	-
Total das receitas	140.792	79.858	43.741	3.824	(940)	267.275
Custos e despesas	(134.766)	(51.635)	(38.286)	(5.822)	940	(229.569)
Outras despesas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	(949)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	854	-	-	854
Despesas financeiras, líquidas	-	-	-	-	-	(6.786)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	-	-	-	-	(4.459)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	26.366
31/12/2013						
Ativos operacionais	346.618	135.612	182.669	22.315	(14)	687.200
Clientes (circulante)	74.555	54.503	95.730	7.355	(14)	232.129
Estoques	77.606	8.253	29.348	2.851	-	118.058
Imobilizado	194.457	72.856	57.591	12.109	-	337.013
Passivos operacionais	30.639	12.568	20.106	729	(14)	64.028
Fornecedores (circulante)	30.639	12.568	20.106	729	(14)	64.028

As rubricas “outras despesas operacionais líquidas”, “despesas financeiras líquidas” e “imposto de renda e contribuição social sobre o lucro” estão apresentadas no quadro acima de forma não segmentada, pois a Companhia entende que estas rubricas não estão ligadas diretamente a nenhum segmento operacional.

Notas Explicativas

Informações geográficas

O Grupo opera em quatro principais áreas geográficas: Brasil (país de domicílio), Espanha, Argentina e EUA (sendo esta a partir de dezembro de 2012).

Por não serem relevantes, as receitas e ativos não circulantes provenientes de operações em países estrangeiros, exceto EUA e Espanha, estão sendo divulgadas em conjunto.

Informações geográficas	Receitas		Ativos não circulantes(*)	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/12/2013
No país sede da entidade – Brasil	195.575	189.720	495.475	476.559
Nos Estados Unidos da América	67.579	53.832	95.453	92.237
Na Espanha	18.919	15.998	21.805	19.859
Nos demais países estrangeiros	18.072	7.725	2.907	3.823
Total	300.145	267.275	615.640	592.478

(*) Não contempla instrumentos financeiros e tributos diferidos.

Informações sobre os principais clientes

Em consonância com o CPC 22 - Informações por Segmento (“CPC 22”), a Administração da Valid informa que não existe nenhuma transação com um único cliente externo que represente 10% ou mais da receita total da Companhia.

20. Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	22.960	24.100	31.480	30.825
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	7.806	8.194	10.703	10.481
Adições				
Perdas no recebimento de créditos	54	6	39	-
Exclusões				
Equivalência patrimonial	(6.430)	(6.261)	(453)	(290)
Perdas no recebimento de créditos	-	-	-	(21)
Incentivos fiscais	-	-	(139)	-
Juros sobre capital próprio	(2.002)	(4.229)	(2.002)	(4.229)
Parcela isenta do adicional	-	(6)	(18)	(18)
Diferença de alíquota – lucro presumido	-	-	(280)	(61)
Diferença de alíquota de empresas no exterior	-	-	36	(1.502)
Outras adições / exclusões	104	30	166	(23)
Imposto de renda e contribuição social debitados ao resultado do exercício	(468)	(2.266)	8.052	4.459
Alíquota efetiva	-2,04%	-9,40%	25,58%	14,47%
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	7.645	6.339
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(468)	(2.266)	407	(1.880)
	(468)	(2.266)	8.052	4.459

21. Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores e conselheiros, registrada nas rubricas de despesas gerais e administrativas e custo de bens e/ou serviços vendidos durante o exercício findo em 31 de março de 2014, foi de R\$ 2.897 (R\$ 1.251 em 31 de março de 2013), a qual é considerada como benefício de curto prazo. Em 31 de março de 2014, a Companhia não possui outros benefícios concedidos a seus administradores.

Notas Explicativas

22. Instrumentos financeiros e gestão de risco

O Grupo efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os principais passivos financeiros do Grupo referem-se às debêntures, empréstimos e arrendamentos, débitos com partes relacionadas, obrigações com fornecedores, dividendos a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito das debêntures e empréstimos foi a captação de recursos para as operações da Companhia e suas controladas e combinações de negócios, enquanto que as obrigações com partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar resultam diretamente das suas operações. Os principais ativos financeiros do Grupo consistem em caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outras contas a receber, créditos com partes relacionadas e dividendos a receber, que resultam diretamente de suas operações.

Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e dividendos se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

O passivo financeiro representado pelas debêntures, empréstimos, financiamentos e leasing a pagar da Companhia se encontra classificado como outros passivos e são mensurados pelo custo amortizado.

Em 31 de março de 2014 a Companhia não possui derivativos em aberto.

Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2014 são como segue:

	Classificação	Controladora		Consolidado	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	73.723	73.723	155.306	155.306
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	98.984	98.984	224.408	224.408
Dividendos a receber	Empréstimos e recebíveis	-	-	1.188	1.188
Fornecedores	Outros passivos	27.495	27.495	68.719	68.719
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	Outros passivos	290.444	294.296	430.686	438.165

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 são como segue:

Notas Explicativas

	Classificação	Controladora		Consolidado	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	90.048	90.048	152.203	152.203
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	106.090	106.090	233.568	233.568
Dividendos a receber	Empréstimos e recebíveis	-	-	1.188	1.188
Fornecedores	Outros passivos	31.000	31.000	65.649	65.649
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	Outros passivos	274.279	279.427	412.092	422.440

Hierarquia do valor justo

O CPC 46 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 46 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “inputs” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.

Nível 2 — Os “inputs” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “inputs” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “inputs” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “inputs” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 46 / IFRS 7, a Companhia mensura seus equivalentes de caixa pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

Notas Explicativas

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida os ativos e passivos registrados a valor justo em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

Descrição	31/03/2014	Controladora		
		Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Equivalentes de caixa		-	69.724	-
Total dos ativos		-	69.724	-

Descrição	31/12/2013	Controladora		
		Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Equivalentes de caixa		-	84.562	-
Total dos ativos		-	84.562	-

Descrição	31/03/2014	Consolidado		
		Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Equivalentes de caixa		-	125.370	-
Total dos ativos		-	125.370	-

Descrição	31/12/2013	Consolidado		
		Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Equivalentes de caixa		-	118.188	-
Total dos ativos		-	118.188	-

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam os negócios do Grupo podem ser assim resumidos:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial.

- Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras e debêntures, os quais estão atrelados ao CDI.

Notas Explicativas

A Companhia estima que o incremento de 25% e 50% nas taxas de juros, respectivamente poderia produzir um impacto nos montantes de R\$ 1.612 e R\$ 3.223 nas despesas financeiras, com base nos saldos de 31 de março de 2014.

- Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais do Grupo (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

A Companhia possui controlada no exterior, onde a moeda funcional é o Peso Argentino. A Administração da Companhia estima que uma desvalorização de 25% e 50% do Real em relação ao Peso Argentino, resultaria respectivamente, em 31 de março de 2014 uma redução no montante total de R\$ 3.052 e R\$ 6.104 no patrimônio líquido da Companhia. Adicionalmente, a Companhia também possui controlada no exterior, onde a moeda funcional é o Euro. A Companhia estima que uma desvalorização de 25% e 50% do Real em relação ao Euro, resultaria respectivamente, em 31 de março de 2014 uma redução no montante de R\$ 8.554 e R\$ 17.107 no seu patrimônio líquido. A Companhia também possui controlada no exterior, onde a moeda funcional é o Dólar. A Companhia estima que uma desvalorização de 25% e 50% do Real em relação ao Dólar, resultaria respectivamente, em 31 de março de 2014 uma redução no montante de R\$ 4.465 e R\$ 8.932 no seu patrimônio líquido.

A Companhia possui contas a pagar com fornecedores de equipamentos e matéria-prima em moeda estrangeira, de forma que seus resultados são suscetíveis a variações em decorrência de mudanças nas taxas de câmbio do Dólar e do Euro. A Companhia estima que uma possível desvalorização do Real frente ao Dólar e ao Euro de 25% e 50%, resultaria respectivamente, em 31 de março de 2014 em um impacto nas despesas financeiras no valor de R\$ 1.645 e R\$ 3.292.

Contratos de “crosscurrency swap” (“plainvanilla”)

US\$/R\$: A Companhia contratou operações de “swap” cambial para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em dólar. Nestes contratos, a Companhia possuía posição passiva em dólar acrescida de taxa pré-fixada (variação do dólar + taxa de 2,24% a.a.) e posição ativa em percentual de 100% do CDI em reais. O principal risco de perdas na ponta passiva destes instrumentos estava na variação cambial do Dólar.

Em 31 de julho de 2013, foi assinado aditivo ao contrato, que liberou os numerários dados em garantia ao empréstimo pela Valid S.A. que estavam alocados em 30 de junho de 2013 no grupo de aplicações financeiras – caixa restrito e adicionalmente, os contratos de Swap cambial mencionado acima, foram liquidados e geraram na data de 5 de agosto de 2013 uma entrada de caixa na Valid S.A no total R\$5.320, líquidos de imposto de renda.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

Notas Explicativas

O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação as contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

- Contas a receber

As contas a receber são concentradas substancialmente em grandes instituições financeiras, empresas de telecomunicações e com o Governo Federal, que por se tratar da reputação e solidez de tais clientes, a Administração não espera enfrentar dificuldades de realização dos créditos a receber, e considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela provisão para devedores duvidosos (Nota 5).

- Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Companhia e de suas controladas são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade do Grupo não ter recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pela Administração, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

Os quadros abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto em 31 de março de 2014 de acordo com o item 39 do CPC 40 (R1):

	Controladora					Total
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	27.495	-	-	-	-	27.495
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	-	1.168	14.173	275.103	-	290.444
Total	27.495	1.168	14.173	275.103	-	317.939

	Consolidado					Total
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	68.719	-	-	-	-	68.719
Empréstimos, financiamentos, debêntures e leasing a pagar	-	1.168	31.521	397.997	-	430.686
Total	68.719	1.168	31.521	397.997	-	499.405

Os quadros abaixo demonstram análise do prazo de vencimento para os ativos financeiros em aberto em 31 de março de 2014:

Notas Explicativas

	Controladora					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De			Total
			3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
Caixa e equivalentes de caixa	-	73.723	-	-	-	73.723
Contas a receber de clientes	84.637	4.903	5.561	3.883	-	98.984
Total	84.637	78.626	5.561	3.883	-	172.707

	Consolidado					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De			Total
			3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
Caixa e equivalentes de caixa	-	155.306	-	-	-	155.306
Contas a receber de clientes	187.503	16.146	14.003	6.756	-	224.408
Dividendos a receber	1.188	-	-	-	-	1.188
Total	188.691	171.452	14.003	6.756	-	380.902

Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, bem como sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

De uma forma geral, o principal risco atrelado aos instrumentos financeiros da Companhia está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, principalmente no que diz respeito às obrigações com as debêntures emitidas e as aplicações financeiras e à variação da TJLP no que diz respeito ao financiamento detido pela Certificadora.

Os encargos financeiros praticados nas debêntures emitidas pela Companhia são representados pela taxa média DI, acrescido de juros ao ano, enquanto que as aplicações financeiras são remuneradas com base na variação do CDI e o financiamento detido pela Certificadora é indexado pela TJLP.

Adicionalmente, a Companhia possui saldo de contas a pagar a fornecedores atrelados ao Dólar e Euro. No entanto, considerando que o prazo de vencimento desses títulos são inferiores a 30 dias, uma análise de sensibilidade não está sendo apresentada pela Companhia por entender que não geraria nenhum benefício.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras mantidas pela Companhia em 31 de março de 2014, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 11,39%, sendo este definido como cenário provável. A partir deste cenário, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta auferida pelas aplicações financeiras, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos. A data base utilizada das aplicações financeiras foi 31 de março de 2014, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Operação	Controladora				
	Saldo em 31/03/2014	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	69.724	CDI	11,39%	8,54%	5,70%
Receita financeira bruta			7.942	5.954	3.974

Notas Explicativas

Consolidado					
Operação	Saldo em 31/03/2014	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	125.370	CDI	11,39%	8,54%	5,70%
Receita financeira bruta			14.280	10.707	7.146

A mesma análise foi realizada para o saldo correspondente às obrigações da Companhia com as debêntures em 31 de março de 2014. Foram acrescidos os juros de 0,71% ao ano na projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 12,10% para a quarta emissão, sendo esta média relacionada ao cenário considerado como provável. A partir deste cenário, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta incidente sobre as obrigações, não tendo sido levado em consideração o fluxo de vencimento das parcelas a vencer programadas para os próximos 12 meses. A data base utilizada para as debêntures foi 31 de março de 2014, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Operação	Saldos em 31/03/2014	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures – 4ª emissão	260.668	CDI +0,71%	12,10%	15,13%	18,15%
Despesa financeira bruta			31.541	39.439	47.311

A mesma análise foi realizada para o saldo correspondente as obrigações da Certificadora com o financiamento em 31 de março de 2014. Foi considerada a taxa de 5% como TJLP projetada e, a partir desse cenário provável, foram calculadas variações de 25% e 50% do indexador, representando as condições correspondentes a cenários distintos.

Operação	Saldos em 31/03/2014	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Financiamento BNDES	26.565	TJLP	5,00%	6,25%	7,50%
Despesa financeira bruta			1.328	1.660	1.992

23. Seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros em montantes considerados suficientes pela sua Administração para cobrir eventuais sinistros em suas plantas industriais, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações. Em 31 de março de 2014, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade civil	R\$ 36.345
Riscos operacionais	R\$ 780.682
Riscos diversos	R\$ 22.507
Veículos	R\$ 5.664
D&O - Responsabilidade civil executivos	R\$ 25.000
E&O - Responsabilidade profissional	R\$ 36.630
Fidelidade e Crime	R\$ 11.789
Transporte de mercadorias-importação/exportação	US\$ 4.255 mil

Notas Explicativas**24. Receita de vendas líquida**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Receita bruta de vendas e serviços	169.138	172.742	330.147	302.083
Impostos sobre vendas	(20.860)	(21.559)	(28.684)	(28.138)
Devoluções sobre vendas	(1.259)	(5.581)	(1.318)	(6.670)
Receita de vendas líquida	147.019	145.602	300.145	267.275

25. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. O detalhamento das despesas por natureza está apresentado a seguir:

Despesa por natureza	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Mão de obra	35.044	31.792	70.883	60.219
Benefícios a empregados	10.618	10.706	14.520	14.360
Impostos e taxas	10.380	11.253	16.394	16.392
Aluguel	6.758	6.523	11.228	10.550
Depreciação e amortização	7.985	6.736	13.071	11.091
Material de consumo/Matéria prima	36.630	34.042	75.765	59.479
Serviços de terceiros	5.265	5.798	11.742	11.068
Manutenção	3.338	3.445	6.638	5.802
Utilidades e serviços	8.103	7.769	18.145	14.721
Comissões sobre vendas	2.554	2.734	5.567	5.034
Frete sobre vendas	2.343	2.502	5.358	8.422
Gerais e outros	6.162	9.664	9.794	12.431
	135.180	132.964	259.105	229.569
Classificados como				
Custos das mercadorias e serviços	118.158	116.882	221.985	201.100
Despesas com vendas	10.071	8.605	23.588	18.551
Despesas administrativas	6.951	7.477	13.532	9.918
	135.180	132.964	259.105	229.569

26. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Receitas financeiras				
Aplicação financeira	1.760	2.004	2.710	2.857
Atualizações contas a receber/mútuo	2.745	1.108	27	1.106
Varição monetária	-	-	200	558
Outros	103	25	108	58
	4.608	3.137	3.045	4.579
Despesas financeiras				
Juros sobre debêntures e empréstimos	(6.446)	(5.064)	(7.974)	(5.968)
Swap	-	(3.317)	-	(3.317)
Juros variação cambial	(5.145)	(1.457)	(4.706)	(1.752)
Despesas bancárias	(450)	(117)	(618)	(260)
Outros	(5)	(32)	(14)	(68)
	(12.046)	(9.987)	(13.312)	(11.365)
Total líquido	(7.438)	(6.850)	(10.267)	(6.786)

Notas Explicativas**27. Divulgações adicionais a demonstração do fluxo de caixa****a) Transações não caixa**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Dividendos declarados e não recebidos	-	4.850	1.188	900
Imobilizado adquirido e não pago	558	1.473	576	1.520
Leasing adquirido e não pago	9.346	-	9.346	-

28. Eventos Subsequentes

- Em abril de 2014 a Multidisplay aprovou distribuição de dividendos no montante de R\$ 3.078 e de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 373. O valor de R\$ 1.539 referente a dividendos e o valor de R\$ 373 referente a juros sobre capital próprio foi recebido pela Companhia em 15 de abril de 2014 e o restante dos dividendos será recebido em 15 de outubro de 2014.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamento e Identificação S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e das informações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros, e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e considerada informação complementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Paulo Roberto Marques Garrucho

Audidores Independentes

Contador

CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

CRC 1RJ 052.813/O-1